

LABUTA NO BRASIL DO SÉCULO XX

Clarisse dos Santos



PRAZER[®]
DE
LER

LABUTA NO BRASIL DO SÉCULO XX

Clarisse dos Santos





LABUTA NO BRASIL DO SÉCULO XX

Clarisse dos Santos

Editor

Lécio Cordeiro

Revisão de texto

Departamento editorial

Projeto gráfico, diagramação e capa

Nathália Sacchelli

Direitos reservados à

Editora Prazer de Ler Ltda.

CNPJ: 14.605.341/0001-03

Fizeram-se todos os esforços para localizar os detentores dos direitos dos textos contidos neste livro. A editora pede desculpas se houve alguma omissão e, em edições futuras, terá prazer em incluir quaisquer créditos faltantes.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Clarisse dos
Labuta no Brasil do século XX : 9º ano /
Clarisse dos Santos. -- 1. ed. -- Recife, PE :
Prazer de Ler, 2023.

ISBN 978-85-8168-842-8

1. História (Ensino fundamental) I. Título.

23-152753

CDD-372.89

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Ensino fundamental 372.89

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ISBN aluno: 978-85-8168-842-8

ISBN professor: 978-85-8168-856-5

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610,
de 19 de fevereiro de 1998.

Impresso no Brasil.

APRESENTAÇÃO

O trabalho faz parte da condição humana desde os primórdios, sendo parte importante da vida da maioria das pessoas. Por meio dele, há o fornecimento de subsídios para a manutenção da vida. Há ainda quem afirme que o trabalho foi a essência do processo de hominização, já que os primeiros seres humanos se diferenciaram dos demais animais no momento em passaram a utilizar ferramentas que os ajudaram a dominar e superar as limitações e dificuldades da natureza.

Ao longo da história da humanidade, o significado de trabalho foi se modificando de acordo com o contexto temporal e espacial. Podemos observar que o trabalho já foi considerado uma forma de punição ou de alienação; hoje, pode ser uma atividade remunerada ou não, mas sempre ocupou um lugar importante na vida e no cotidiano dos seres humanos.

O trabalho como conhecemos, inserido no sistema de classes capitalista, está baseado na divisão do processo de produção e no assalariamento. Ele é entendido como um dos critérios utilizados para fazer juízo de valor, isto é, uma percepção individual de que quem não trabalha é indigno, ou é desocupado, etc. Neste livro, vamos abordar a temática do trabalho em um recorte específico da história do Brasil: a primeira metade do século XX nos cenários urbanos. Vamos entender o que fez dessa época um momento tão relevante para falarmos sobre o trabalho no nosso país.

E não é possível falar de trabalho sem mencionar os trabalhadores. Especificamente no Brasil, o trabalho forçado dos povos originários e de populações africanas trazidas para as Américas forjou a construção do nosso país. Ao mesmo tempo, os movimentos organizados pelos trabalhadores, fossem eles escravizados, livres, urbanos ou rurais, possibilitaram muitas conquistas para esse grupo tão heterogêneo. Ao longo da leitura deste livro, entenderemos o papel deles, que foram e ainda são protagonistas na história do Brasil.



Reprodução

O quadro *Operários* (1933), de Tarsila do Amaral, faz uma crítica à exploração da mão de obra trabalhadora nas indústrias ao retratar todos os trabalhadores com feições cansadas. Além disso, mostra a diversidade étnica daqueles que compunham as linhas de produção.

SUMÁRIO

Um outro Brasil	6
Mudanças na organização do trabalho durante a Primeira República	9
O movimento sindical e as greves no início do século XX	12
Para além do movimento operário: trabalhadores no Brasil	14
Refleta sobre o conteúdo.....	18
Vargas e o trabalhismo	22
Compreendendo a Primeira República: política e revoltas	22
1930: revolução ou golpe?	25
O longo governo de Getúlio Vargas	27
Refleta sobre o conteúdo.....	33

Trabalho feminino no Brasil no início do século XX	38
A luta das mulheres por igualdade de direitos	38
No movimento operário tem mulher: a luta por direitos trabalhistas	42
Refleta sobre o conteúdo.....	47

Para além das fábricas: outras experiências dos trabalhadores do Brasil	52
Origens do trabalho doméstico no Brasil	52
Uma questão de raça e classe: Laudelina de Campos Mello e o trabalho doméstico	56
Os serviços da rua: onde estavam os trabalhadores negros?.....	60
Refleta sobre o conteúdo	62





1

futuristman | Shutterstock

Um outro Brasil

No início do século XX, o Brasil tinha acabado de se tornar uma **República**. A monarquia havia chegado ao fim devido a um acordo entre as elites econômicas do país e setores militares. Ao contrário do que aconteceu em outros países e Estados da América Latina, a independência do Brasil, ocorrida em 1822, não pôs fim ao regime monarquista que estava vigente no País desde que a então colônia foi elevada à condição de reino, em 1815.

O termo **república** tem origem no latim *res publica*, que significa “coisa pública”. República é uma forma de governo que surgiu na Grécia Antiga e que consiste em um sistema político no qual o chefe de Estado é escolhido pelos representantes ou pelos cidadãos.

Em pleno século XIX, o Brasil era uma monarquia rodeada de repúblicas, mas os movimentos republicanos — aqueles que buscavam transformar o Brasil em uma república — já existiam há muito tempo. Em 1817, a Revolução Pernambucana, iniciada na cidade do Recife e expandida para outras províncias, foi um movimento que contestou o poder central do rei. Influenciados pelos ideais iluministas, os revoltosos eram contrários ao absolutismo monárquico e pregavam o estabelecimento de uma república independente. Apesar de ter sido duramente reprimida, a revolução conseguiu tomar o poder por alguns dias. Anos depois, em 1870, o primeiro Partido Republicano foi criado no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, sendo seguido por outros estados e cidades. Esses fatos mostram a força dos ideais republicanos ao longo do século XIX.

A **Revolução Pernambucana** foi um movimento republicano separatista que ocorreu em 1817, motivado pelos impactos causados pela transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Um desses impactos foi o aumento de impostos para manter os luxos da Corte e para financiar as campanhas militares promovidas no sul. Diferentemente de outros movimentos ocorridos nesse mesmo período, a Revolução Pernambucana conseguiu ir além da fase conspiratória e tornou a Capitania de Pernambuco independente por dois meses, até o movimento ser reprimido pela Coroa portuguesa.

Foi apenas em 1889 que o Império deu lugar a outro regime político no país. Contudo, o processo de Proclamação da República não foi um movimento de massas, que mobilizou parcelas populares da sociedade; pelo contrário, foi liderado pelo exército, na figura do Marechal Deodoro da Fonseca.

Aquela era uma época em que os militares não disfarçavam o desagrado pelo tratamento que o governo imperial lhes dispensava e constantemente se manifestavam contra os baixos salários e o desprestígio social. O exército estava influenciado pelos ideais positivistas e republicanos e via neles a saída não apenas para a valorização da sua corporação, mas da sociedade brasileira como um todo. Eles foram apoiados pela elite cafeeira, que também estava imbuída dos ideais republicanos e queria mais independência em relação ao governo central. Esses grupos estavam descontentes com o reinado de Dom Pedro II e há muito tempo conspiravam contra o imperador.



Charge publicada no jornal *O Mequetrefe* nº 486, de novembro de 1889, que retrata Marechal Deodoro da Fonseca ao centro, rodeado de líderes civis e militares do movimento republicano.

Assistindo ao vídeo disponível no QR Code a seguir, você poderá compreender melhor o contexto do Brasil durante a primeira fase da República.



Primeira República: o que cai no vestibular? | História | Quer que desenhe? | Descomplica

A insatisfação com a monarquia também afetava os crescentes setores urbanos, que não enxergavam mais, na figura do imperador, a capacidade para implementar as transformações necessárias a uma sociedade que se modernizava rapidamente.

O que todos esses grupos tinham em comum era o desejo de que uma república fosse instaurada de forma pacífica e controlada, para que não houvesse chance de agitações e mobilizações populares que ameaçassem a ordem. Então, em 15 de novembro de 1889, militares da brigada do Rio de Janeiro prenderam os ministros de Dom Pedro II e instalaram um governo provisório. Pelas suas características, a emergência da República brasileira fez com que, na prática, o novo sistema de governo não fosse substancialmente sentido pela sociedade.

Proclamação da República (1893), de Benedito Calixto. O quadro retrata o momento em que Marechal Deodoro e as tropas do exército convocadas por ele se reuniram no Campo de Santana, local onde ficavam o Comando do Exército, o Senado, a Casa da Moeda, a Prefeitura e a Estação D. Pedro II — atualmente é um parque localizado na Praça da República, no Rio de Janeiro. Até o fim daquele 15 de novembro, o imperador entregou o governo aos republicanos, sem apresentar nenhuma resistência.



Domínio público

E o que tudo isso tem a ver com o trabalho? Como sabemos, durante os períodos Colonial e Imperial, a grande força motriz do Brasil vinha do trabalho dos escravizados. Nas lavouras de cana-de-açúcar, nas plantações de café, no comércio das cidades ou dentro das casas, a escravidão moderna foi a grande força econômica do Brasil durante mais de 300 anos, período no qual pessoas foram trazidas de maneira forçada da África.

Apesar de terem sido fundamentais para o desenvolvimento do país, esses trabalhadores foram excluídos da articulação dos processos históricos, tanto pela elite contemporânea quanto pelos livros e pessoas que contaram a história. A escravidão foi oficialmente abolida em 1888, e, sem a mão de obra escravizada, o trabalho assalariado se tornou predominante na sociedade brasileira, tendência que já era observada em outros lugares do mundo desde o século XIX, com a Revolução Industrial.

Antes da assinatura da lei que aboliu a escravidão, o Brasil já passava por algumas mudanças no âmbito do trabalho. Desde 1870, havia o incentivo à entrada de trabalhadores imigrantes. Nesse sentido, dados do IBGE apontam que, entre 1871 e 1880, o Brasil recebeu mais de 200 mil imigrantes, número que aumentou exponencialmente após a abolição, saltando para um total de 1,13 milhão. Apesar dessas mudanças, muitos ex-escravizados, por não receberem qualquer tipo de suporte ou oportunidade de emprego, voltaram a se submeter ao trabalho escravizado para que pudessem sobreviver. Alguns, inclusive, retornaram para os seus antigos senhores.

No Brasil, a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre teve início bem antes da abolição, quando a Inglaterra passou a pressionar o Brasil, seu parceiro comercial, a libertar os cativos. Desde a metade do século XIX, o Império editou leis abolicionistas que tinham como objetivo atender aos anseios comerciais da Inglaterra e, ao mesmo tempo, não romper com o apoio da elite escravagista, que era contra a abolição.

Após décadas de mobilização, o fim da escravidão — em 13 de maio de 1888 — trouxe grandes desafios ao Brasil. Um ano depois, com o fim da monarquia, a República brasileira dava seus passos iniciais, ainda construindo sua identidade enquanto nação, e os trabalhadores foram elementos centrais nessa construção.

Mudanças na organização do trabalho durante a Primeira República

Desde os primórdios da constituição da classe trabalhadora no Brasil, a luta por melhores condições de vida e de trabalho norteou a ação dos trabalhadores. No período inicial da República, entre 1889 e 1930 — conhecido como **Primeira República** —, esses trabalhadores não tinham seus direitos sociais reconhecidos, tendo que lutar pelo reconhecimento do seu valor na sociedade brasileira.

Além dos ex-escravizados, a composição da classe trabalhadora contava com imigrantes que foram atraídos ao Brasil por promessas de terras durante a Primeira República e por aqueles que fugiram dos conflitos bélicos que assolavam o continente europeu ao longo do início do século XX. Estima-se que, entre 1884 e 1940, entraram no Brasil cerca de 185 mil japoneses, 580 mil espanhóis, 1 milhão e 200 mil portugueses, 1 milhão e 400 mil italianos, entre outras nacionalidades. Esses imigrantes se concentraram principalmente nas regiões Sudeste e Sul, sendo destinados inicialmente a trabalhar nas lavouras de café, e depois incorporados às fábricas.

No final do século XIX, o café se estabeleceu como principal produto de exportação do Brasil, sendo o responsável por impulsionar a economia do país. Nesse período, escravizados e imigrantes europeus trabalhavam juntos nas lavouras, além de trabalhadores brasileiros livres, em regimes de trabalhos distintos.

Café (1935), de Candido Portinari. A indústria cafeeira ainda tem grande importância para a economia brasileira. Dados da Organização Internacional do Café, divulgados em maio de 2022, apontaram que o Brasil é o maior produtor e exportador de café do mundo.



Domínio público

A produção cafeeira estimulou a aceleração da urbanização de cidades no Sudeste, pois estradas e ferrovias, por exemplo, eram cruciais para o escoamento da produção. A industrialização também começava a se desenvolver, financiada, inclusive, por grandes cafeicultores. As primeiras fábricas produziam produtos não duráveis – principalmente, produtos têxteis – e, apesar de não precisarem de altos investimentos, necessitavam de muita mão de obra. Assim, o Brasil começava a dar pequenos primeiros passos para o processo de industrialização, e a mão de obra trabalhadora também acompanhava essa mudança.

Fotografia registrada por Marc Ferrez de uma fábrica no Brasil em 1880.



Reprodução

A transição do trabalho escravizado para o trabalho livre no Brasil trouxe características singulares para o desenvolvimento industrial e para as formas de trabalho no fim do século XIX e início do XX. A abolição da escravidão, em 1888, proporcionou ao Brasil uma enorme massa de trabalhadores liberta, mas que, em muitas ocasiões, foi proibida de exercer diversas profissões, inclusive trabalhos que antes apenas os escravizados realizavam. Os trabalhos de cocheiro, condutores de carroça, vendedores de água e administradores em casa de negócio foram atividades sumariamente proibidas para escravizados e, posteriormente, para os negros libertos e escravizados.

Além disso, havia leis que buscavam controlar o ócio, considerando-o crime: toda pessoa encontrada sem ocupação seria acusada de estar “vadiando” e poderia ser presa por isso. Dessa forma, os ex-escravizados se viram sem opções de sobrevivência por trabalho formal após a abolição.

A transição para o trabalho livre no Brasil e a exclusão do negro

Entre 1912 e 1920, a maioria das ocupações ligadas à indústria, ao comércio e aos serviços era exercida por mulheres e homens brancos, contrastando com os dados do recenseamento de 1872, que apontavam escravizados nos mais diversos trabalhos, de baixa, média ou alta qualificação profissional. Foi possível constatar, ainda, a baixa representação ou total ausência de negros nas ocupações melhor remuneradas e valorizadas socialmente, nos setores mais importantes das cadeias produtivas e até mesmo nos tradicionais “serviços de negros”, como no trabalho doméstico, na agricultura, no comércio e nos serviços, à época classificados como “criados e jornaleiros”.

JACINO, Ramatis. *O negro no mercado de trabalho em São Paulo no pós-abolição – 1912/1920*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11042013-093449/pt-br.php>. Acesso em: 18/10/2022.

Por outro lado, o Brasil recebia cada vez mais imigrantes de diversos países da Europa, com o objetivo de substituir a mão de obra brasileira. Setores da elite, fundamentados pelo racismo e buscando o embranquecimento do país, consideravam os trabalhadores do Brasil como indisciplinados, improdutivos e desqualificados, ao contrário dos europeus.

Assim, no início do século XX, com o número crescente de fábricas e com o desenvolvimento da urbanização, muitos trabalhadores passaram a vender sua força de trabalho para os industriais. Os ex-escravizados, apesar de inicialmente ocuparem cargos nas fábricas, foram paulatinamente substituídos pela mão de obra imigrante, que passou a ser majoritária nas fábricas.

Como vimos, as fábricas que começaram a surgir no Brasil no fim do século XIX e no início do século XX estavam diretamente ligadas à produção cafeeira do Sudeste. Os cafeicultores, enriquecidos e ávidos por aumentar seus lucros, investiram na produção industrial. Por isso, é importante enfatizar que o início do capitalismo industrial no Brasil foi financiado pelo trabalho escravo. A partir dessa perspectiva, o historiador Ramatis Jacino traz um caso emblemático para entendermos essa relação:

“Álvares Penteado, herdeiro de uma fazenda com 1.200 alqueires e 700 mil pés de café produzidos com o trabalho escravo, foi um dos pioneiros da introdução da mão de obra italiana. Em 1889 funda uma fábrica de aniagens em área de 12 mil metros quadrados, que em 1911 é transformada na Companhia Paulista de Aniagens. Instalada na Rua da Mooca, na zona leste da cidade, em área de 32 mil metros quadrados, fabrica principalmente juta para a sacaria de café, utilizando 550 teares que produzem anualmente 15 milhões de metros de juta. Ou seja, o capital acumulado por meio do trabalho escravo e da grande

▶ lavoura monocultural permitiu a penetração do trabalho livre e transformou-se em capital industrial.”

JACINO, Ramatis. *O negro no mercado de trabalho em São Paulo no pós-abolição – 1912/1920*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História Econômica, USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11042013-093449/pt-br.php>. Acesso em: 18/10/2022.

Entretanto, as condições de trabalho nas fábricas — bem como as condições de vida — eram extremamente precárias. Morando em cortiços, em lugares afastados e sem nenhuma assistência do Estado, os trabalhadores chegavam às fábricas para jornadas exaustivas, com mais de 12 horas de trabalho diárias. A remuneração era baixa e as condições de trabalho eram muito ruins, oferecendo perigo aos trabalhadores. A exemplo dessas circunstâncias repulsivas, havia mulheres e crianças que cumpriam um expediente igual ou maior que o dos homens e recebiam salários menores.

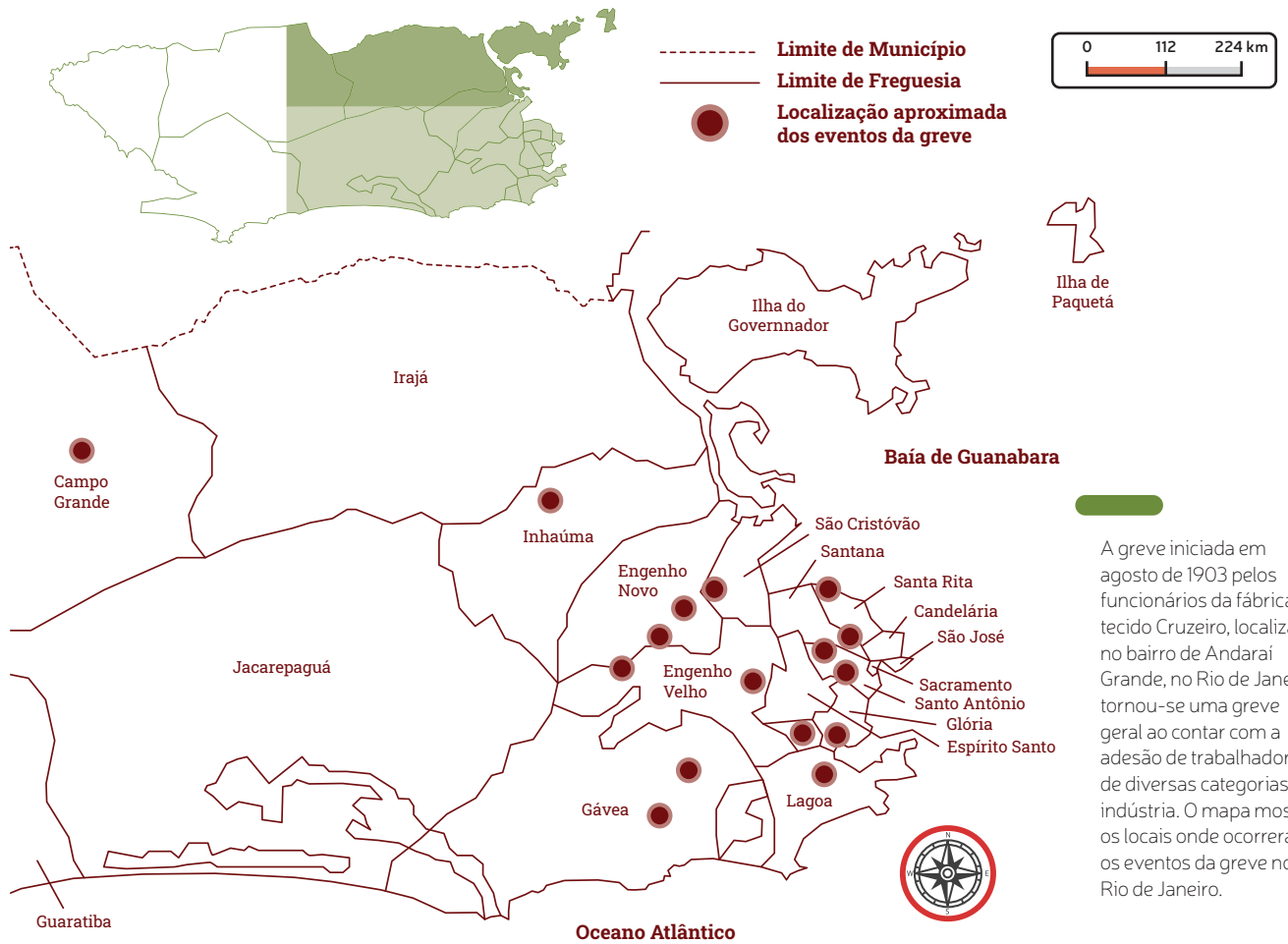
Os trabalhadores precisaram, então, se organizar para que suas reclamações fossem ouvidas pelos patrões e pelas autoridades. Assim, os primeiros movimentos de trabalhadores após a abolição se iniciaram ainda nas últimas décadas do século XIX.

Contudo, a organização da classe trabalhadora não foi uma novidade que surgiu com a República. Já nas primeiras décadas do século XIX, formaram-se as **sociedades mutualistas**, que tinham como objetivos a solidariedade entre seus membros — auxílio em caso de doença ou desemprego, por exemplo — e o cuidado com os interesses comuns do ofício. Muitas vezes, essas sociedades se iniciavam entre trabalhadores que exerciam a mesma profissão.

O movimento sindical e as greves no início do século XX

Já durante a República, surgiu um novo tipo de organização, que ficou conhecida como **sindicalismo**. Os sindicatos eram organizados pelos trabalhadores operários e se diferenciavam das sociedades mutualistas por dizerem que se voltavam para a “ação econômica”, lutando por melhorias específicas de questões trabalhistas, como aumento do salário, redução da jornada de trabalho, entre outras. Esses grupos foram os principais responsáveis por organizar desde os movimentos de contestação às condições de trabalho.

Em 1903, operários descontentes com as condições de trabalho em uma fábrica de tecidos do Rio de Janeiro — a capital do Brasil, na época — deflagraram aquela que é considerada a primeira greve geral. A paralisação durou 26 dias e contou com o apoio de trabalhadores de outras categorias, que também pararam suas atividades e, além de demonstrar solidariedade aos que iniciaram o movimento, tinham reivindicações em comum. Ao todo, mais de 40 mil trabalhadores aderiram à greve, que repercutiu por muitos dias na imprensa. Apesar de não ter seus pedidos atendidos — os trabalhadores foram duramente reprimidos —, o movimento foi muito importante para fortalecer a luta e a união dos trabalhadores por melhores condições de trabalho.



A greve iniciada em agosto de 1903 pelos funcionários da fábrica de tecido Cruzeiro, localizada no bairro de Andaraí Grande, no Rio de Janeiro, tornou-se uma greve geral ao contar com a adesão de trabalhadores de diversas categorias da indústria. O mapa mostra os locais onde ocorreram os eventos da greve no Rio de Janeiro.

Fonte: SANTOS, Noronha. *As Freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1965.

Alguns anos depois, em maio 1907, outra importante greve eclodiu, dessa vez na cidade de São Paulo. Trabalhadores da construção civil, da metalurgia e de alimentos interromperam suas atividades para pedir a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias e aumento salarial. Inicialmente com mais de dois mil operários parados, o movimento cresceu com a adesão de diversos outros setores. Gráficos, sapateiros, têxteis e trabalhadores da limpeza pública, pela primeira vez, uniam-se em uma greve geral para reivindicarem melhorias nas suas jornadas.

Apesar de resistirem por um mês, nem todas as categorias alcançaram conquistas: apenas os gráficos e os trabalhadores civis obtiveram o que pediam. Contudo, o restante do ano ficou marcado por outras greves.

Na década seguinte, aconteceu a que pode ser considerada a primeira greve de proporção nacional, em 1917. Enquanto a Europa estava imersa nos conflitos bélicos da Primeira Guerra Mundial, o Brasil tinha que lidar com uma crise inflacionária sem precedentes, que empobreceu ainda mais os trabalhadores. A insatisfação generalizada fez com que trabalhadores de fábricas têxteis da cidade de São Paulo organizassem um movimento paredista que logo se espalhou para outros municípios e chegou até mesmo a outros estados.

No cenário internacional, 1917 foi um ano de grandes mobilizações de trabalhadores em todo o mundo, inclusive a Revolução Russa, que derrubou a monarquia czarista e estabeleceu o socialismo como forma de governo na Rússia, dando origem à União Soviética.

A imagem publicada no jornal *A Cigarra*, na edição de 26 de julho de 1917, mostra trabalhadores protestando nas ruas de São Paulo durante a greve.



Reprodução

A greve de 1917 teve grande influência dos ideais anarquistas e socialistas, encabeçada principalmente pelos imigrantes — na fábrica onde se iniciou o movimento paredista, cerca de 75% dos operários eram imigrantes italianos. Nos grupos operários, circulavam algumas ideologias que pautavam as estratégias de luta dos trabalhadores, entre as quais se destacam o socialismo e o anarquismo. Em São Paulo, os primeiros grupos anarquistas foram organizados a partir de 1890, por imigrantes italianos. Já no Rio de Janeiro, os primeiros anarquistas se organizaram no fim da década de 1890, em grupos compostos por brasileiros, portugueses e espanhóis.

Para além do movimento operário: trabalhadores no Brasil

Apesar da ênfase geralmente dada à organização dos trabalhadores operários, é importante destacar que, no início do século XX, esse grupo representava a menor parte dos trabalhadores brasileiros. Naquele período, a população do país era predominantemente rural, enquanto as fábricas se localizavam quase sempre nas áreas urbanas. Porém, mesmo nas cidades, havia outros trabalhadores fora do ambiente fabril.

O trabalho doméstico, por exemplo, tem peculiaridades importantes a serem destacadas. Ele se constitui como uma das principais formas de trabalho em diversos contextos e períodos históricos diferentes. Antes da abolição da escravidão, os empregados e as empregadas domésticas no Brasil compunham um setor heterogêneo do mundo do trabalho: segundo as leis imperiais, seriam considerados domésticos: cozinheiro, copeiro, lacaio, cocheiro, jardineiro, trabalhador de casas de pasto ou de hospedarias, costureira, engomadeira e ama-seca ou de leite. Esses trabalhadores estavam por toda parte da estrutura social brasileira — urbana ou rural — e poderiam ser tanto livres quanto escravizados, brancos ou negros, apesar de as mulheres pretas comporem a maioria desse grupo.

Após a abolição e ao longo do século XX, mudanças sociais foram alterando também o que se entendia acerca do trabalho doméstico, e alguns ofícios, como o de limpeza de hotéis, por exemplo, deixaram de ser considerados domésticos, diferentemente dos trabalhos que eram feitos no interior das casas. Apesar das mudanças, o trabalho doméstico continuou majoritariamente sendo exercido por mulheres negras, mantendo muitas semelhanças com as relações escravistas.



Um jantar brasileiro (1827), de Jean-Baptiste Debret. O artista francês passou anos no Brasil retratando o país por meio de pinturas — muitas, mostrando a escravidão. Neste quadro, Debret mostra o trabalho doméstico exercido por escravizados. Na obra, podemos perceber que, apesar de bem vestidos, os escravizados guardam um traço de distinção: os pés descalços, além do lugar de servidão.

Apesar de ter sido uma das últimas categorias a conquistar direitos trabalhistas, os trabalhadores domésticos se organizavam enquanto classe desde, pelo menos, fins do século XIX, quando leis que buscavam disciplinar o trabalho doméstico foram aprovadas, gerando a união dessa categoria tão diversa.

No século XX, a experiência de Laudelina de Campos Melo é fundamental para entendermos a articulação das domésticas, visto que ela fundou a primeira Associação de Empregadas Domésticas, que, anos mais tarde, seria considerada como o primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas do Brasil. Essa foi uma importante conquista, pois, organizadas em um sindicato, as domésticas puderam lutar por direitos e pelo próprio reconhecimento da categoria.

O trabalho doméstico no século XX

Ainda que, no século XIX, algumas interferências nesse cenário viessem sendo feitas pelos agentes públicos, sobretudo em decorrência do fortalecimento e da propagação dos discursos sanitaristas, o serviço doméstico só vai começar a mudar mais intensamente a partir do século XX, com a canalização da água e o advento de energia elétrica nos lares, que vão efetivamente transformar o cotidiano de lavadeiras, engomadeiras, cozinheiras, entre outras ocupações. A preocupação com a mortalidade infantil e com as formas de contágio de doenças, igualmente, foi responsável por modificar as formas de aleitamento e os cuidados com as crianças, o que gerou grande impacto no trabalho das amas de leite.

E isso iria redefinir toda a lógica e os conceitos de público e privado na sociedade como um todo e, sobretudo, na vida de muitos trabalhadores. Mesmo assim [...], esse foi um processo lento que adentrou grande parte do século XX.

BARRETO, Marina Leão de Aquino. *Gênero e raça no trabalho doméstico livre em Salvador em fins do século XIX: o surgimento de uma classe fatalmente segmentada*. Revista *Mundos do Trabalho*, v. 10, n. 5, jul.-dez. 2018, p. 85. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2018v10n20p81>. Acesso em: 19/10/2022. Adaptado.

Outra categoria importante nesse período foi a de cocheiros e carroceiros, que foram os profissionais que mais realizaram greve no fim do século XIX e início do século XX. Trabalhadores essenciais para a organização da vida na cidade, eles eram responsáveis pelo transporte de pessoas e mercadorias, mas também por outros serviços, como o recolhimento do lixo. A prestação desses serviços remontava à época imperial, e eles eram exercidos majoritariamente por homens negros libertos e escravizados.

Assim como os trabalhadores domésticos, eles protestavam contra regulamentos do Estado que consideravam abusivos, pois apenas decretavam regras, sem oferecer nenhum direito aos trabalhadores. As transformações nos transportes pelas quais o Brasil passava naquele período – o surgimento dos bondes e a substituição dos carregadores pelas carroças – criaram um novo cenário para esses trabalhadores, que se organizaram na tentativa de preservar e melhorar as condições dos seus trabalhos.

No início do século XX, o Brasil era um país que iniciava uma incipiente urbanização. A Proclamação da República, o surgimento das primeiras fábricas, bem como as reformas urbanas pelas quais diversas cidades passavam, anunciavam um outro Brasil, que guardava semelhanças e diferenças com o tecido social visto no país até então.

Urbanização no Brasil e as reformas urbanas no século XX

Os principais fatores que impulsionaram o processo de urbanização no Brasil foram a industrialização e o êxodo rural. Até 1950, a maior parte da população brasileira residia nas zonas rurais e o principal setor econômico era a agricultura. Esse cenário começou a mudar com o processo de industrialização, que teve início na década de 1930 e impulsionou o deslocamento das pessoas do campo para a cidade.

Embora o processo de urbanização não tenha ocorrido de forma rápida, foi possível perceber mudanças significativas em diversas cidades do Brasil. Os textos a seguir mostram mudanças que ocorreram em duas cidades brasileiras: Rio de Janeiro e Recife.

Texto I

Favelas e reformas no Rio de Janeiro

O surgimento e a consolidação das favelas no tecido urbano carioca remontam à Primeira República. [...] O ano de 1905 trouxe um contexto em que os impactos sociais das reformas urbanas, iniciadas em meados de 1903, passaram a ser percebidos mais claramente pela sociedade carioca. Houve, sobretudo, um forte clamor popular relacionado com o agravamento da crise de moradias, tendo em vista que as demolições de cortiços e casebres foram um dos mecanismos básicos da execução dos melhoramentos urbanos. Acrescente-se a essa conjuntura o fato de que o Governo Rodrigues Alves foi marcado pelo dinamismo do movimento operário, que passou a ter nas greves uma nova estratégia – em 1903, inclusive, ocorreu uma greve geral. Em 1905, os gêneros alimentícios aumentaram de preço sem a correspondente elevação



dos salários, e o desemprego se agravou. Cabe registrar, por fim, o descontentamento dos trabalhadores com os métodos impositivos utilizados pelas autoridades, o que contribuiu para a eclosão da Revolta da Vacina, em novembro de 1904.

MATTOS, Rômulo Costa. As “classes perigosas” habitam as favelas: um passeio pela crônica policial no período das Reformas Urbanas. In: *Desigualdade e diversidade*, v. 5, PUC RJ, Rio de Janeiro, 2009, p. 150. Disponível em: <http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=80&sid=13>. Acesso em: 19/10/2022. Adaptado.

Texto II

O Bairro do Recife

A reforma do Bairro do Recife — localizado na região central da capital pernambucana e atualmente conhecido também como **Recife Antigo** —, nas primeiras décadas do século XX, expressa com dramaticidade o sentido de uma modernização devastadora que se estendeu até bem recentemente. [...] Em nome da eficiência do porto e do combate à insalubridade, rasga-se o velho traçado urbano, levando ao chão monumentos como a Igreja do Corpo Santo e os Arcos, que eram as “portas” da cidade. Largas avenidas de inspiração parisiense, como a Marquês de Olinda e a Rio Branco, servem de palco para um novo conjunto arquitetônico de rica ornamentação.

Por outro lado, como ressalta a pesquisadora Cátia Lubambo, “surgiram bairros de moradias tão pobres e insalubres, nas áreas mais afastadas, quanto aquelas que o projeto se propôs a eliminar”. Nos subterrâneos da cidade, uma revolução tomava corpo. O projeto e a instalação do sistema de saneamento idealizado pelo engenheiro Saturnino de Brito colocavam o Recife na posição de um centro urbano moderno. Foi uma resposta concreta e de grande impacto para o combate às epidemias e para a insatisfação geral da população quanto aos serviços existentes. [...]

Expandindo fronteiras, o adensamento das áreas vizinhas ao centro e a ocupação de novas localidades se dão dentro dos ideais do sanitarismo. As obras de urbanização dos bairros do Derby e de Boa Viagem consagram, mesmo com características espaciais distintas, a imagem de áreas habitacionais com ruas largas, infraestrutura, arborização e jardins nas residências. Mais que um elegante bairro-jardim, o Derby se transformou em um importante centro cívico, abrigando eventos públicos na sua grande praça. A Av. Beira-Mar (atual Av. Boa Viagem) recebeu tratamento privilegiado, com pavimentação, iluminação pública e linha de bondes para abrigar famílias nobres, revelando os efeitos da introdução do hábito do banho de mar e a valorização imobiliária das áreas de praia que se iniciava naquele momento.

Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/cidade/projetos/historia/cap7/cap7-box3.html>. Acesso em: 19/10/2022. Adaptado.

Os trabalhadores foram protagonistas nos diferentes momentos históricos do Brasil. Se na Primeira República o contato entre Estado e os trabalhadores se dava quase sempre nos momentos de repressão aos movimentos de greve ou no combate à “vadiagem”, a organização dessa classe resultou em uma série de conquistas de direitos trabalhistas ao longo do século XX. Nesse contexto, a figura de Getúlio Vargas marca outro ponto de inflexão na história do trabalho no Brasil.

Refleta sobre o conteúdo

1. (Enem–Adaptada) Observe o trecho da lei a seguir.

Art. 1º – O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional.

Art. 2º – São também causas bastantes para a expulsão:

1ª) a condenação ou processo pelos tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum;

2ª) duas condenações, pelo menos, pelos tribunais brasileiros, por crimes ou delitos de natureza comum;

3ª) a vagabundagem, a mendicidade e o lenocínio competentemente verificados.

BRASIL. Lei 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 29/08/2012. Adaptado.

No início do século XX, na transição do trabalho escravo para o livre, os objetivos da legislação citada eram:

- a) disciplinar o trabalhador e evitar sua participação em movimentos políticos contrários ao governo.
- b) estabelecer as condições para a vinda dos imigrantes e definir as regiões que seriam ocupadas.
- c) demonstrar preocupação com as condições de trabalho e favorecer a organização sindical.
- d) criar condições políticas para a imigração e isolar os imigrantes socialmente indesejáveis.
- e) estimular o trabalho urbano e disciplinar as famílias estrangeiras nas fábricas.

2. (Enem–Adaptada) Leia o texto que segue.

No alvorecer do século XX, o Rio de Janeiro sofreu, de fato, uma intervenção que alterou profundamente sua fisionomia e estrutura e que repercutiu como um terremoto nas condições de vida da população.

BENCHIMOL, J. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

O texto refere-se à reforma urbanística ocorrida na capital da República, na qual a ação governamental e seu resultado social encontram-se na:

- a) cobrança de impostos – ocupação da periferia.
- b) destruição de cortiços – revolta da população pobre.
- c) criação do transporte de massa – ampliação das favelas.
- d) construção de hospitais públicos – insatisfação da elite urbana.
- e) edificação de novas moradias – concentração de trabalhadores.

3. Analise o texto a seguir.

Eles vieram em grande número. As fábricas e oficinas de São Paulo tinham em seu quadro de funcionários quase 80% de italianos em 1900. Doze anos depois, esses trabalhadores ainda compunham 60% dos operários da indústria têxtil do estado, constituindo boa parte da mão de obra urbana tanto na capital quanto no interior. Da Itália, eles trouxeram a organização em grupos de ação política e sindical, ou ajudaram a fundar no Brasil essas agremiações com outros imigrantes e brasileiros. Onde os italianos eram maioria, como nas cidades paulistas — com exceção de Santos —, o movimento operário organizado era fortemente caracterizado por eles.

BIONDI, Luigi. *Avanti, São Paulo! Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2011.

Sobre o tema acima, assinale a alternativa **correta**.

- a) A organização entre trabalhadores só se inicia no Brasil após a chegada dos imigrantes italianos, que organizaram sindicatos e greves de inspiração nacionalista.
- b) Não há registros de greve geral no Brasil antes de 1930, haja vista a dificuldade de comunicação entre as diferentes categorias, bem como a legislação do período que proibia tais manifestações.
- c) Apesar de numerosas, as greves da década de 1900 não foram representativas para o movimento de trabalhadores do Brasil porque foram encabeçadas pelos imigrantes europeus.
- d) As boas condições de trabalho oferecidas pelo ambiente da fábrica contrastavam com o ambiente das plantações de café, por isso os movimentos de greve ficaram restritos ao Rio de Janeiro.
- e) O movimento operário no Brasil do início do século XX teve forte influência das ideologias anarquista e socialista, muito difundidas pelos imigrantes europeus.

4. Leia os textos a seguir e responda à questão.

Texto I

Mulher é resgatada após 72 anos de trabalho escravo doméstico no Rio

Uma mulher de 84 anos foi resgatada de condições análogas às de escravidão após 72 anos trabalhando como empregada doméstica para três gerações de uma mesma família no Rio de Janeiro. Nesse período, ela cuidou da casa e de seus moradores, todos os dias, sem receber salário, segundo a fiscalização.

De acordo com a fiscalização, seus pais trabalhavam em uma fazenda no interior do estado que pertencia à família Mattos Maia. Aos 12 anos, ela se mudou para a residência do casal proprietário para realizar serviços domésticos. Quando faleceram, migrou para a casa da filha deles, onde manteve suas atividades, incluindo o cuidado com as crianças.

Repórter Brasil, 13 de maio de 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/mulher-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-escravo-domestico-no-rio/>. Adaptado.

Texto II

O mercado de trabalho no pós-abolição apresentava-se como um dos campos em que o preconceito racial mais ficava latente. O critério racial de seleção dos empregadores ia ao encontro das políticas oficiais de branqueamento. Os negros eram preteridos aos imigrantes europeus e seus descendentes mesmo para a execução de atividades subalternas. Havia grande euforia entre as patroas brasileiras em contratar domésticas de pele clara, por exemplo; porém, a presença da mulher negra nos serviços domésticos permanece predominante, visto que poucas eram as imigrantes europeias dispostas a enfrentar as humilhações, o salário ínfimo, as extensas jornadas de trabalho e os abusos sexuais recorrentemente cometidos contra estas trabalhadoras.

CRESPPO, Fernanda Nascimento. Laudelina de Campos Melo: histórias de vida e demandas do presente no ensino de História. *Revista Cantareira*, ed. 24, 2016, p. 164.

Sobre os temas abordados nos textos I e II, assinale a alternativa **correta**.

- a) O pós-abolição concedeu aos empregados domésticos leis trabalhistas que buscavam defender os trabalhadores e as trabalhadoras dessa categoria, estabelecendo políticas estatais que combatiam as humilhações citadas no Texto II.
- b) No Brasil, o trabalho doméstico ainda guarda profundas relações com a escravidão: casos como o citado no Texto I e o fato de a maioria das empregadas domésticas serem mulheres negras corroboram esse fato.
- c) Apesar de não terem representação sindical, as trabalhadoras domésticas conquistaram direitos ao longo do século XX, melhorando as condições de trabalho em relação ao período pós-abolição.
- d) Os casos de escravidão contemporânea, apesar de idênticos à escravidão do século XIX, não podem ser punidos porque este não é um crime previsto na lei brasileira.
- e) O trabalho doméstico observado hoje na sociedade brasileira não traz nenhuma semelhança com o trabalho doméstico do pós-abolição, uma vez que os imigrantes europeus foram incorporados como domésticos e os trabalhadores negros foram trabalhar nas fábricas.

5. Analise o fragmento da notícia a seguir.

É a “hereditariedade escravocrata” gerindo a produção, sob a afirmação de que para aprender é preciso sofrer; explora-se o trabalho das crianças cuja infância é sacrificada em troca de “aprender” um trabalho. A infância do operário se estende ao infinito, o tempo de aprender se prolonga e cristaliza em categoria que serve para justificar os menores salários. O trabalho dos homens vai sendo substituído pelo das mulheres: crianças de 6 a 14 anos trabalham nas fábricas, às dezenas, sem descanso. Os acidentes de trabalho se multiplicam, fazendo suas vítimas crianças, mulheres e homens que respondem à sua própria sorte. Predatoriamente, consome-se a força de trabalho.

GIGLIO, Célia. *Jornal A Voz do Trabalhador*, 2020. Adaptado.

O texto retrata o período histórico referente:

- a) ao contexto da Europa na Primeira Guerra Mundial, no início do século XX.
- b) ao período de contestação de direitos trabalhistas no Brasil, na década de 1930.
- c) à Revolução Industrial, na Inglaterra do século XVII.
- d) ao final da escravidão no Brasil, no século XIX.
- e) ao momento inicial de industrialização no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX.

6. (Unesp–Adaptada) Leia o texto a seguir.

[...] 2º Que seja respeitado do modo mais absoluto o direito de associação para os trabalhadores;

3º Que nenhum operário seja dispensado por haver participado ativa e ostensivamente no movimento grevista;

4º Que seja abolida de fato a exploração do trabalho dos menores de 14 anos nas fábricas;

[...]

6º Que seja abolido o trabalho noturno das mulheres;

7º Aumento de 35% nos salários inferiores a \$5000 e de 25% para os mais elevados;

[...]

10º Jornada de oito horas [...]

O que reclamam os operários. A Plebe, 21.07.1917. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil: documentos, 1889 a 1930*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979.

As reivindicações dos participantes da greve geral de 1917, em São Paulo, indicam que:

- I. os governos da Primeira República aceitavam os movimentos sociais, permitindo o convívio harmonioso e democrático entre as classes sociais.
- II. o Brasil não dispunha de legislação trabalhista; além disso, as condições de vida e o trabalho dos operários eram, na maioria dos casos, ruins.
- III. os trabalhadores já haviam conquistado o direito pleno de associação e de greve, mas ainda se submetiam a longas jornadas diárias de trabalho.
- IV. o Estado assumia o papel de intermediário nas negociações trabalhistas, mantendo neutralidade diante de conflitos sociais.
- V. os sindicatos operários eram rigorosamente proibidos, devendo os trabalhadores reivindicar aumentos salariais diretamente aos patrões.

Estão **corretas**:

- a) I, III e V.
- b) Apenas II.
- c) Apenas V.
- d) II e IV.

2

MINISTERIO
REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
15 de Novembro de 1889
CARTEIRA DE TRABALHO
E
PREVIDÊNCIA SOCIAL

Vargas e o trabalhismo

Para saber mais sobre os primeiros anos da República da Espada, assista ao vídeo disponível no QR Code a seguir.



A República da Espada: Marechal Deodoro da Fonseca | Parabólica

O cenário político do início do século XX no Brasil foi de muita instabilidade e revoltas populares, no período que ficou conhecido como **Primeira República** (1889–1930). Mais do que uma mudança no regime político, o Brasil estava buscando moldar sua própria identidade nacional.

Após a Proclamação da República, os militares que haviam planejado e executado o golpe contra o imperador Dom Pedro II continuaram no poder por alguns anos, com o objetivo de inibir qualquer reação da monarquia e oferecer algum controle social. Mas não foi o que aconteceu. A chamada **República da Espada** (1889–1894) foi um momento conturbado, marcado por tentativas de revoluções e uma política econômica desastrosa, que levou o país a uma grave crise e ao enfraquecimento do poder político dos militares.

Compreendendo a Primeira República: política e revoltas

A eleição de Prudente de Moraes, em 1894, marcou a chegada dos oligarcas ao poder, com um representante dos cafeicultores paulistas ocupando a presidência. Vários arranjos políticos foram estabelecidos entre as elites econômicas e políticas, com o objetivo de manter o poder nas mãos dos mesmos grupos.

A **Política dos Governadores**, instaurada a partir de 1898, no governo de Campos Sales, estabeleceu um pacto de apoio mútuo entre os governadores dos estados e o presidente. As eleições eram fraudadas para que fossem eleitos representantes estaduais que apoiassem o presidente, e este garantia verbas e apoio aos estados.

Já a **Política do Café com Leite**, derivada da Política dos Governadores, foi o acordo instituído entre os políticos do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM), em que se alternariam, no cargo da presidência, um representante de São Paulo — grande produtor de café — e um representante de Minas Gerais — grande produtor de leite.

Essa conformação política, porém, passou a dar sinais de esgotamento já nos primeiros anos do século XX. Para além do descontentamento de setores da elite que se viam fora do jogo eleitoral dominado pelos PRP e pelo PRM, as revoltas populares que estouraram durante toda a Primeira República nos mostram a diversidade dos atores políticos naquele momento.

Os movimentos messiânicos, como o conflito de Canudos (1893), no sertão baiano, e o de Contestado (1913), ocorridos entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, evidenciaram que, especialmente longe dos centros urbanos do Sudeste, a população pobre vivia sem nenhum tipo de assistência do Estado. As pessoas, então, iam buscar proteção onde fosse possível. No caso de Canudos e de Contestado, a esperança veio por meio das pregações de líderes religiosos, que fundaram verdadeiras comunidades autossustentáveis, oferecendo uma vida melhor para os seguidores.

Mas nos centros urbanos a situação não era muito melhor. A Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910) deixam claro como as classes subalternas eram desprezadas pelo poder público. Ao mesmo tempo, esses movimentos também nos dizem sobre a capacidade de organização e de reação dessa população.

Expulsas dos centros urbanos em decorrência das reformas urbanas que buscavam modernizar as cidades, as pessoas passaram a viver em locais distantes, muitas vezes, em condições insalubres. A consequência dessa situação precária foi o surgimento de epidemias de diversas doenças, como varíola, malária e peste bubônica. Para conter os surtos, o governo da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, promoveu uma campanha de vacinação em massa obrigatória. A população não se convenceu da eficácia da vacina e, revoltada com o abandono e o tratamento violento do estado, tomou as ruas erguendo barricadas, destruindo bondes e derrubando árvores. A Revolta da Vacina, que foi duramente reprimida, teve como estopim a obrigatoriedade da vacinação, mas também dizia respeito ao descaso com o qual a população pobre era tratada pelo governo.

O processo de urbanização do Rio de Janeiro, que buscava transformar a cidade em uma “Paris tropical”, promoveu uma série de mudanças que geraram conflitos. O historiador Carlos Fidelis da Ponte, do Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) destacou algumas características do projeto de remodelação do Rio de Janeiro:

“O projeto de urbanização do governo começou a alargar as ruas da cidade, a exemplo do que tinha sido feito em Paris. Boa parte dos cortiços da região Central foi destruída, e a população pobre foi removida de suas moradias, dando início ao projeto de favelização. Além disso, foi lançado um código de posturas municipais que proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas, a venda de miúdos e carnes nas bancas da cidade, o costume de andar descalço pelo Centro, assim como passar com porco e gado. Isso tudo foi criando uma insatisfação enorme na população.”



Reprodução

Charge publicada na capa da Revista Careta, edição de 29 agosto de 1925, com o intuito de satirizar a Política do Café com Leite. Junto com a charge, a capa da revista traz a seguinte crítica com tom irônico: “A fórmula democrática — Os detentores: Tenham paciência, mas aqui não sobe mais ninguém!”.

▶ Nesse cenário repleto de tensões, a aprovação da Lei nº 1.261 em 31 de outubro de 1904, que tornava obrigatória a exigência de comprovantes de vacinação para matrículas em escolas, obtenção de empregos, autorização para viagens e certidões de casamentos, além de multa para quem resistisse a vacinação, foi o estopim para a revolta. Os protestos tiveram como ponto principal as vacinas, mas também se estenderam aos serviços públicos em geral e ao governo.

As charges foram ferramentas eficazes para incitar a revolta.

Embora Oswaldo Cruz tenha tentado conscientizar a população, a estratégia de escrever textos, em grande parte acadêmicos, não foi eficaz, visto que grande parte da população era analfabeta. Sendo assim, as charges veiculadas em jornais e revistas conseguiam atingir a maior parte da população, que aderiu à revolta. Na imagem, charge intitulada *O espeto obrigatório*, publicada na revista *A avenida*, em 10 de outubro de 1904.



Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/cinco-dias-de-furia-revolta-da-vacina-envolveu-muito-mais-do-que-insatisfacao-com-vacinacao>. Acesso em: 21/10/2022. Adaptado.

Alguns anos depois, em 1910, uma outra revolta marca a história do Rio de Janeiro, dessa vez, realizada pelos marujos que ainda eram submetidos a castigos físicos como punição para infrações. Além disso, os salários eram baixos e as condições de trabalho e alojamento eram consideradas de péssima qualidade.

Para tentar mudar essa situação, os trabalhadores, sob o comando de João Cândido, organizaram um motim para pedir melhorias nos navios e o fim das chibatadas, que consideravam como um resqúicio da escravidão, visto que a maioria dos marujos eram negros. Os revoltosos apontaram os canhões dos navios para a cidade do Rio de Janeiro, dando início à Revolta da Chibata. Em um primeiro momento, diante do poder de fogo dos marujos, o governo aceitou negociar, mas rapidamente decretou estado de sítio e reprimiu violentamente o movimento. Os revoltosos foram presos, mas o uso da chibata foi extinto na Marinha.



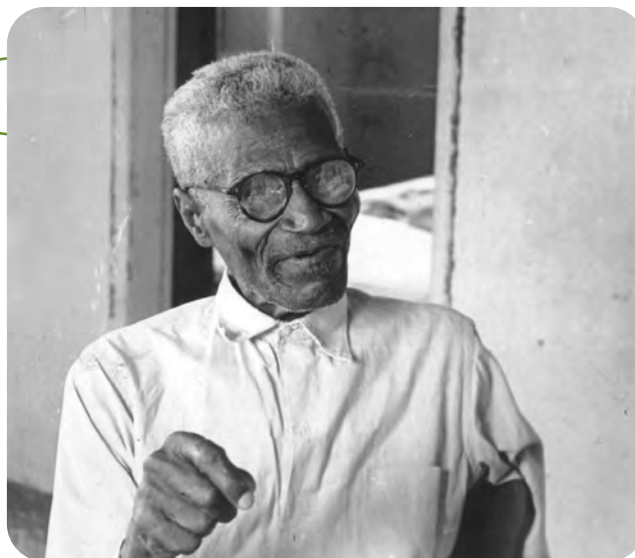
Chibata! João Cândido e a Revolta que abalou o Brasil

Autores: Hemeterio e

Olinto Gadelha

A HQ *Chibata! João Cândido e a Revolta que abalou o Brasil* conta, através de quadrinhos, detalhes de João Cândido e da revolta por ele liderada, que mudou os rumos do tratamento dos marujos brasileiros.

Fotografia de João Cândido de 1963. Conhecido como **Almirante Negro**, João Cândido Felisberto trabalhou por mais de 15 anos na Marinha e foi instrutor de aprendizes de marinheiros, sendo a figura mais importante da Revolta da Chibata. Em outubro de 2021, a Comissão de Educação do Senado aprovou um projeto que inscreve o nome de João Cândido no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*.



Foi esse contexto de agitação e de instabilidade político-social que possibilitou a emergência de Getúlio Vargas no cenário brasileiro, que viria a ser uma das figuras mais importantes do século XX. Por meio de um movimento golpista, Vargas alcançou o cargo de maior poder do país, e a relação que ele estabeleceu com os trabalhadores marca um ponto de inflexão na história do trabalho do Brasil.

1930: revolução ou golpe?

Washington Luís — que assumiu a presidência do Brasil em novembro de 1926 — cumpria os momentos finais do seu mandato presidencial em 1930. Como representante do Partido Republicano Paulista, ele deveria indicar um candidato do Partido Republicano Mineiro para obedecer aos acordos da Política do Café com Leite. Contudo, o presidente indicou o nome de Júlio Prestes, também do PRP, para ocupar o cargo.



A escolha de João Pessoa como vice de Getúlio Vargas teve como objetivo conquistar a população da Região Nordeste e, assim, angariar mais votos. Na imagem, os candidatos aparecem no centro da fotografia: Getúlio Vargas, à esquerda, e João Pessoa, à direita.

Revoltados, os representantes do PRM decidiram lançar uma candidatura à revelia do trato político com os paulistas. Junto com outros estados — Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraíba e Rio Grande do Sul — que já estavam insatisfeitos com o revezamento reduzido apenas aos produtores de leite e de café do Sudeste —, a oligarquia mineira fundou a Aliança Liberal (AL). Para o pleito de 1930, a AL promoveu a candidatura de Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul, para presidente, e de João Pessoa, governador da Paraíba, para vice. Além dos dois candidatos, também concorreu à presidência Minervino de Oliveira, pelo Bloco Operário e Camponês (BOC).

As eleições ocorreram em março de 1930, e Júlio Prestes foi o vencedor, causando descontentamento não apenas aos membros da Aliança Liberal, mas também a setores médios, militares e operários, reforçando o clima de instabilidade social do país. O assassinato de João Pessoa, em julho daquele mesmo ano, foi utilizado por Getúlio Vargas como um acontecimento político. A movimentação em torno do crime aflorou o ânimo dos grupos que já estavam descontentes com a vitória de Júlio Prestes.

Os membros da Aliança Popular aproveitaram a agitação da população e, em 3 de outubro, iniciaram um levante armado nos estados do Rio Grande Sul e de Minas Gerais, simultaneamente. No dia seguinte, iniciaram o levante na Paraíba e se espalharam por outros estados do Nordeste. Os combatentes seguiram em marcha para o Rio de Janeiro e chegaram à capital do país fortalecidos após passarem por São Paulo e saírem vitoriosos. Em 24 de novembro, Washington Luís



1930 – Tempo de Revolução

Direção: Eduardo Escorel

Ano: 1990

Sinopse: O documentário *1930 – Tempo de Revolução*, do diretor Eduardo Escorel, utiliza imagens inéditas encontradas em arquivos europeus e norte-americanos para narrar os levantes militares contra o governo de Getúlio Vargas, ainda na década de 1930.

foi deposto e Júlio Prestes foi impedido de assumir. Em 3 de novembro, Getúlio Vargas assumiu o posto de presidente do Brasil, dando fim ao breve governo provisório que substituiu Washington Luís.

Na visão dos aliancistas, eles haviam feito uma revolução. Momentos antes da deposição de Washington Luís, Antônio Carlos de Andrada, político mineiro da Aliança Liberal, alertou seus colegas: “fazer a revolução, antes que o povo a faça”. Assim sendo, a ideia de revolução estava diretamente ligada aos vencedores. Já pelo ponto de vista dos oligarcas paulistas, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder foi fruto de um golpe, que depôs um governo legitimamente eleito. No entanto, os oligarcas, ao falarem em golpe, não mencionavam os anseios por mudanças sociais e políticas que vinham de parte da população.

“Revolução de 1930”: o conceito

O movimento de 1930 foi, desde o início, chamado de **revolução** e considerado marco divisor entre a República Velha e a República Nova – denominações dadas pelos protagonistas que se julgavam portadores de um novo tempo. O período anterior, segundo eles, era um tempo velho, pleno de vícios políticos e com uma economia arcaica que a “revolução” rompeu em nome da necessária modernização do país. Apresentavam, assim, uma visão dos fatos que mascarava a mera disputa pelo poder político entre os grupos oligárquicos.

Nessa linha, autores como Nelson Werneck Sodré interpretaram o movimento de 1930 como a verdadeira revolução que levou a burguesia industrial ao poder. Rompia-se, assim, a ordem na qual um Brasil pré-capitalista, semifeudal, representado pelas elites agroexportadoras, defrontou-se com a burguesia nacional, núcleo dinâmico da economia. O resultado dessa tomada de poder foi a implantação da indústria de base no país.

A Revolução de 1930 foi entendida, também, como uma revolução das classes médias urbanas cujas aspirações foram catalisadas pelos “tenentes”, conforme analisou o engenheiro e escritor Virgínio Santa Rosa. O movimento tenentista, desencadeado nos anos de 1920, pretendia remover a oligarquia do poder e implantar um ideário liberal-democrático: voto secreto, moralização das eleições e vagas reformas sociais.

[...]

Na década de 1970, essas interpretações foram criticadas pelo historiador e cientista político Boris Fausto, que, baseado em pesquisas empíricas, afirmou que a burguesia industrial não participou da articulação do golpe e nem o movimento a conduziu ao poder. Fausto interpreta o golpe de 1930 como a realização dos setores dissidentes da oligarquia aliados aos militares. [...] Para muitos historiadores, o movimento de outubro de 1930 não se classifica como uma revolução, entendida como um processo de mudanças rápidas e profundas nas estruturas sociais, mas em uma reordenação do sistema de poder que manteve o povo afastado das decisões políticas. Para a historiadora Sonia Regina de Mendonça, “o que definiu o período foi a disputa – ainda entre oligarquias – pelo controle do Estado, não conquistado por nenhuma delas”.

É inegável, porém, que a rebelião de 1930 encerrou a Primeira República. A partir de 1930, o papel do Estado foi redefinido orientando-se na centralização e na nacionalização dos instrumentos de controle e decisão, buscando submeter as elites políticas regionais. Esse novo modelo de Estado, forte e centralizado, ancorado na figura carismática de Vargas, estabelece a ideia do chefe de Estado como materialização do poder público apoiado pelo povo.

DOMINGUES, Joelza Ester. *Outubro de 1930: a revolução, rebelião ou golpe que mudou o Brasil*. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/outubro-de-1930-a-revolucao-que-mudou-o-brasil/>. Acesso em: 21/10/2022. Adaptado.

O movimento que levou Getúlio Vargas ao poder não representou um rompimento completo com o velho sistema oligárquico. Havia cafeicultores e oligarcas dissidentes e pessoas de outros estados que se juntaram à Aliança Liberal para derrotar a hegemonia de São Paulo e de Minas Gerais. Contudo, outros grupos, muito distintos entre si, também se ligaram ao movimento encabeçado pelos aliancistas. Uma vez que havia chegado ao poder, uma das funções mais importantes do governo de Vargas seria manter o apoio de todos esses grupos. Para isso, o presidente lançou mão de políticas sociais logo nos primeiros anos do seu longo governo, suspendendo a Constituição de 1891 e implementando mudanças em relação aos governos oligárquicos e militares anteriores.

O longo governo de Getúlio Vargas

Após assumir o poder, Getúlio Vargas permaneceu por muitos anos no cargo de presidente do Brasil, de 1930 até 1945. Durante esses 15 anos, o governo de Vargas foi marcado por três momentos bem distintos. O primeiro, entre 1930 e 1934, foi chamado de **governo provisório**, em que a Constituição de 1891 estava suspensa e Vargas governava por meio de decretos. Além de suspender a Constituição, Vargas dissolveu o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais e as Câmaras municipais e substituiu quase todos os governadores de estado, instituindo no Brasil um regime de emergência.

Em 1934, teve início o **governo constitucional**, que vigorou até 1937, pausado pela Constituição aprovada em 1934. Por fim, em 1937, Getúlio instaurou o **Estado Novo**, um regime ditatorial que o manteve no poder até 1945.

O governo provisório

Dos primeiros momentos do governo provisório até o período da ditadura, Getúlio Vargas sancionou leis sociais que atendiam aos anseios de setores médios e, principalmente, da classe trabalhadora. Poucos dias depois de ser empossado, criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A criação deste último ministério deu início à legislação trabalhista criada por Vargas, que se constituiu como a maior marca de toda a sua atuação política.

Além do Ministério do Trabalho, a maior parte das leis de regulação das relações trabalhistas foi criada no período do governo provisório: jornada de oito horas; regulamentação das férias, do trabalho feminino e de menores; e benefícios de aposentadorias e pensões. Além disso, foram criados órgãos de mediação de conflitos trabalhistas, como as Juntas de Conciliação e Julgamento — atualmente chamadas de **Varas do Trabalho** — e as Convenções Coletivas de Trabalho. Por fim, foram criadas também Inspetorias do Trabalho, que fiscalizavam a aplicação das leis.

Ao mesmo tempo que foram feitas leis sociais que garantiam melhores condições de trabalho, o governo estabeleceu uma nova legislação para a sindicalização. O decreto estabelecia o sindicato único e o definia como órgão consultivo e colaborativo com o Estado. Os trabalhadores não eram obrigados a aderir ao sindicato, porém apenas os sindicalizados teriam direito aos benefícios das novas leis trabalhistas.

Assim, Vargas conseguiu um enorme controle dos trabalhadores, apesar de alguns sindicatos independentes continuarem atuando por certo tempo.



Gustavo | Adobe Stock



A pressão para a elaboração de uma Constituição continuou mesmo depois da elaboração do Código Eleitoral. O prolongamento do governo provisório e a nomeação de intervenitores desagradavam os políticos, que pressionavam Vargas por meio da Frente Única Paulista. Após confrontos de rua que resultaram na morte de estudantes, a Frente decidiu romper com o presidente e iniciar uma revolução, em julho de 1932. A revolta foi rapidamente desarticulada, apesar de ter causado muitas mortes.

No vídeo disponível no QR Code a seguir, a socióloga e historiadora Lilia Shwarcz fala sobre esse evento histórico.



Aula | A Revolução
Constitucionalista de
1932 | Lilia Shwarcz

Outro instrumento importante criado no período do governo provisório foi a Carteira de Trabalho, que, assim como a sindicalização, foi uma faca de dois gumes: garantia ao trabalhador todos os direitos estabelecidos, protegendo-o contra o patronato que tentasse burlar as leis e, ao mesmo tempo, facilitava a identificação e a punição do trabalhador que se manifestasse contra o governo ou que participasse de greves e movimentos de contestação.

Tanto a lei de sindicalização quanto a Carteira de Trabalho foram tentativas de controlar a classe trabalhadora e excluir vertentes tidas como radicais, como os anarquistas e os socialistas, que, como vimos, eram muito atuantes nos sindicatos no início do século XX. Desse modo, Vargas instaurava as bases da ideologia trabalhista e corporativista, que vinculava o sentimento de identidade nacional ao pertencimento a uma atividade profissional. Em outras palavras, o verdadeiro cidadão brasileiro era o trabalhador.

O governo constitucional

Getúlio Vargas governou o Brasil sob regime de emergência por mais de dois anos. Em fevereiro de 1932, após alguns setores da sociedade pressionarem o presidente para a elaboração de uma Constituição, foi aprovado um novo Código Eleitoral, por meio do qual seriam convocadas eleições, em maio de 1933, para a formação de uma Assembleia Constituinte.

Nesse novo Código Eleitoral, podem ser observadas mudanças substanciais em relação ao período anterior e que atendiam a algumas promessas da campanha presidencial lançada pela Aliança Liberal em 1930, como a criação da Justiça Eleitoral, a instituição do voto secreto e do voto feminino e a criação do cargo de deputado classista — figura que seria eleita pelos sindicatos de empregados e também de empregadores. O novo Código, porém, ainda proibia analfabetos e soldados de votarem.

Nas eleições para Assembleia Constituinte de 1933, foram eleitos 254 constituintes, dentre os quais a primeira deputada do Brasil: Carlota Pereira de Queirós. Em julho de 1943, foi promulgada a Constituição. Ela incorporava todas as leis trabalhistas em vigor naquele momento, além de instituir o salário mínimo, proibir a diferença salarial por distinção de sexo, idade ou estado civil e criar o **Tribunal do Trabalho**. Pelo voto indireto dos Constituintes, Getúlio Vargas foi eleito presidente do Brasil no dia seguinte à aprovação da nova Constituição.

Carlota Pereira de Queirós (1892–1982) foi médica, pedagoga e escritora. Em 1932, deixou o Laboratório de Clínica Pediátrica da Faculdade de Medicina de São Paulo e, durante a Revolução Constitucionalista que mobilizou o estado de São Paulo de julho a outubro daquele ano, organizou, à frente de 700 mulheres, o movimento de assistência aos feridos.

Em maio de 1933, tornou-se a única mulher eleita deputada à Assembleia Nacional Constituinte, onde integrou a Comissão de Saúde e Educação, trabalhando pela alfabetização e assistência social. Foi de sua autoria o primeiro projeto para a criação de serviços sociais.

Após a promulgação da Constituição, em 17 de julho de 1934, foi eleita deputada pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, no pleito realizado em outubro do mesmo ano. Permaneceu na Câmara até 1937, quando foi instaurado o Estado Novo (1937–1945). Durante esse período, lutou pela redemocratização do país.

Eleita membro da Academia Nacional de Medicina em 1942, fundou, oito anos depois, a Academia Brasileira de Mulheres Médicas, da qual foi presidente durante alguns anos.

Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/carlota-pereira-queiroz-primeira-mulher-eleita-deputada-federal-brasil>. Acesso em: 18/11/2022. Adaptado.



Arquivo Nacional

O ano seguinte à aprovação da Constituição, 1935, foi marcado pela repressão do Governo Vargas aos sindicatos. Em abril daquele ano, foi criada a Lei de Segurança Nacional, que ajudou a justificar intervenções violentas nas corporações de trabalhadores, cujas sedes foram invadidas e destruídas pela polícia.

Foi também em 1935 que Agamenon Magalhães, interventor de Pernambuco, assumiu o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o movimento sindical delineou dois nítidos perfis de atuação, que eram reconhecidos pelo governo: um orientado pelas lideranças de esquerda, que tentava manter alguma independência em relação ao Estado; e outro atrelado ao Ministério do Trabalho, no qual figuravam também entidades fictícias, que, sem atuação prática, serviam apenas para que seus delegados escolhessem os deputados classistas que interessavam ao governo de Getúlio Vargas.

Esse clima de repressão que foi se acentuando a partir de 1935 estava ligado ao projeto político de Vargas de controle dos trabalhadores. Estes, apesar de aceitarem a condição de uma certa subordinação ao Estado para que pudessem usufruir dos benefícios, não estavam na condição de mera **outorga**. Pelo contrário, a alternativa encontrada por muitas lideranças dos trabalhadores foi se apropriar dos sindicatos autorizados pelo governo para então tomá-los, ao mesmo tempo que dispunham das leis trabalhistas.

Outorga é a concessão de lei dada por quem detém o poder. No contexto aqui estudado, refere-se à ideia de que os trabalhadores aceitariam os benefícios “dados” pelo Estado. Essa ideia desconsidera toda a luta que os trabalhadores travaram no início do século XX, como vimos no primeiro capítulo.

Pacto entre Estado e classe trabalhadora

A classe trabalhadora só devia obedecer ao Estado se, por **obediência política**, fosse entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão ou perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005, p. 180. Adaptado.

A **Aliança Nacional Libertadora (ANL)** foi uma organização política fundada em março de 1935 para combater o fascismo e o autoritarismo, que reunia integrantes de diversas correntes ideológicas e filosóficas, organizadas pelos comunistas, especialmente por Luís Carlos Prestes. A ANL foi proibida por Vargas e, em novembro de 1935, coordenou o Levante Comunista.

Durante o tempo em que Getúlio Vargas ficou no poder, o período do governo provisório e do governo constitucional, mais especificamente entre 1932 e 1937, foi o intervalo no qual se concentrou o maior número de leis e decretos que regulamentaram as relações de trabalho no Brasil. A aprovação dessa nova legislação muito se deveu a uma pressão que o governo de Vargas, inclusive os ministérios, exerceu tanto no Congresso quanto nos empregadores.

A partir de 1937, após o golpe que instaurou a ditadura do Estado Novo, o novo cenário político alterou a relação entre os trabalhadores e Vargas, inaugurando uma nova relação entre eles. Qualquer tipo de oposição era violentamente reprimida, o que afetou o modo como os trabalhadores reivindicavam seus direitos.

Estado Novo

O governo de Getúlio Vargas justificava a repressão argumentando que o país estava sob ameaças. Os ataques à segurança nacional viriam, segundo o governo, dos comunistas. A ameaça propagada também fundamentou a criação da **Lei de Segurança Nacional**, em abril de 1935, que definia quais eram os crimes que colocavam em risco a ordem política e social.

É importante lembrar que, antes da lei de sindicalização, muitos sindicatos eram liderados por pessoas que estavam ligadas às ideologias comunista, socialista e anarquista. E eram eles quem disputavam com o Estado a hegemonia do controle das entidades. Além disso, o rápido e expressivo crescimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o episódio do Levante Comunista de 1935, também conhecido como **Intentona Comunista**, foram fatores que contribuíram para que a ideia de “ameaça comunista” passasse a estar presente na sociedade.

Aproveitando-se desse clima social, o governo amplificou o real poder dos setores comunistas que ainda disputavam a liderança dos sindicatos e a organização dos trabalhadores. Em setembro de 1937, o governo divulgou o Plano Cohen. O plano, que teoricamente teria sido descoberto pelas Forças Armadas, tinha como objetivo implantar o comunismo no Brasil e consistia em um projeto orquestrado pela **Internacional Comunista** — organização política fundada em 1919 por Vladimir Lenin, então chefe do governo da União Soviética, que reunia os dirigentes do Partido Comunista de todos os países do mundo. Na realidade, o documento era forjado, mas mesmo assim foi apresentado a Getúlio Vargas

e aceito pelo presidente, que o utilizou para confirmar a ameaça que ele tanto propagava. Com o falso plano em mãos, Vargas organizou um golpe para permanecer no poder, iniciando o Estado Novo.

Nesse período, Vargas intensificou seu autoritarismo e repressão criando uma agência de propaganda, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e uma agência de polícia política, o Departamento de Ordem Política e Social (Deops).

O DIP produzia materiais gráficos e radiofônicos que tinham como objetivo enaltecer a figura do presidente e controlar os meios de comunicação. Essa produção era voltada especialmente para a comunicação com os trabalhadores, criando uma relação muito próxima entre eles e o presidente, que foi propagandeado como o “pai” dos trabalhadores do Brasil. Com isso, o DIP queria fomentar a ideia de uma relação familiar entre os cidadãos e Vargas.

Como um bom “pai”, Getúlio oferecia presentes aos seus filhos: os direitos trabalhistas. Os trabalhadores, por sua vez, como bons “filhos”, obedeceriam ao pai, não participando de movimentos contestatórios contra o governo. Essa não era uma relação tão simples, claro, mas era isso que o presidente almejava com a política do DIP. Ao mesmo tempo, o DIP ajudava a impulsionar Vargas como a figura central do Brasil, reforçando a ideia de **personalismo** — conceito que representa o sistema político que se baseia na personalidade dinâmica do seu líder.

Caso houvesse algum movimento que contestasse o Estado ou a figura de Getúlio Vargas, o Deops estava pronto para agir, ou seja, para prender e torturar todos aqueles que não seguissem à risca a cartilha do Estado Novo.

A Constituição editada para o Estado Novo, em 1937, trazia um artigo que estabelecia a criação da **Justiça do Trabalho**, cujo objetivo, segundo a Carta, era “dirimir os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados”. No dia 1º de maio de 1939, Vargas editou o decreto que regulamentou esse artigo, quando a Justiça do Trabalho de fato começou a funcionar no Brasil. Contudo, o mesmo artigo da Constituição desencorajava a greve, declarando-a como um “recurso antissocial nocivo ao trabalho e ao capital e incompatível com os superiores interesses da produção nacional”. Podemos ver, por meio desse artigo, como funcionava o “pacto” entre trabalhadores e Estado. Mais uma vez, é importante reforçar que isso não significava que os trabalhadores obedeciam cegamente ao que vinha “de cima”. A ideia de pacto quer mostrar exatamente que os trabalhadores sabiam negociar, mesmo diante de uma correlação de forças desigual.

Vargas utilizava o Dia do Trabalhador, no 1º de maio, para divulgar novas leis voltadas para essa classe, criando um enorme evento cívico. Um dos maiores anúncios feitos pelo presidente foi a criação da **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, em 1943, e que está em vigor até hoje no nosso país. A CLT reunia todas as leis trabalhistas já promulgadas no país em um único código, deixando mais fácil para o trabalhador saber quais eram os seus direitos.

A CLT foi criada no contexto de forte propaganda do Estado Novo. Ela significou a concretização do programa social de Getúlio Vargas, que tinha na figura do trabalhador o seu maior beneficiário. Dessa maneira, a Consolidação das Leis do



A Fundação Getúlio Vargas oferece a exposição virtual *Departamento de Imprensa e Propaganda*, na qual o visitante pode saber mais sobre esse órgão do Estado Novo. Para visitar a exposição, acesse o QR Code a seguir.



Departamento de imprensa e propaganda (DIP) | FGV CPDOC



Arquivo Nacional

Getúlio Vargas discursando no rádio, em microfone com a sigla do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável por divulgar os seus discursos na época.

Trabalho significou um novo período dentro do Estado Novo, que já dava sinais de desgaste. Além disso, tal estabilização se configurou também como a tentativa de Vargas de criar um partido governista, já vislumbrando um possível fim da ditadura, em que outros atores políticos e sociais teriam espaço. O presidente tentou, então, solidificar suas bases de apoio, especialmente, junto à classe trabalhadora.

Foi no longo governo de Getúlio Vargas que os trabalhadores do Brasil entraram na cena política do país. Desse modo, ao longo de todo o primeiro governo de Vargas, em cada uma de suas fases, o objetivo central foi construir a ideia de que o trabalhador é o cidadão do Brasil. Essa cultura trabalhista traz desdobramentos até hoje na nossa sociedade e vem sendo novamente debatida após as Reformas Trabalhistas de 2017 e 2019, que trouxeram alterações na CLT. Assim, o Estado Novo consolidou a ideologia de que o trabalhador “ordeiro” é quem constrói o Brasil e que o trabalhador “desordeiro” é o inimigo a ser combatido.

Samba: malandragem e nacionalismo na ideologia trabalhista no Brasil da Era Vargas

Apoiando seu governo em um discurso focado na dimensão humana do trabalho, Vargas, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), procurou influenciar os cantores e compositores daquele momento a realizarem composições que depreciassem a vida de malandragem e valorizassem o trabalho e seus frutos. Havia duas intenções principais nessa ação: a primeira, combater a imagem que as letras de samba faziam do malandro; a segunda, conquistar a participação das massas de trabalhadores na tarefa de promover o desenvolvimento econômico do país. [...]

Associado com representações de insegurança, desonestidade, imoralidade, preguiça e indolência, o malandro é uma figura popular nos temas de samba entre 1910 e 1920. Porém, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, Vargas procurou eliminar essa figura na década de 1930 e 1940, por meio do samba-exaltação. Devido a isso, o papel de malandro e a vida boêmia propagados pelas letras de samba foram duramente combatidos pelos aparelhos varguistas, afinal, ociosidade e malandragem não se coadunavam com o ideal nacionalista e de trabalhismo que o governo procura difundir para o país. [...]



Andre Luiz Moreira | Shutterstock

Ao ser representada no samba, a figura do malandro — caracterizada pelo uso de terno, chapéu, sapato com salto e, às vezes, um lenço no pescoço — foi tomada como resistência e oposição aos ideais burgueses e capitalistas de trabalho. Essa é uma figura que até os dias atuais se faz presente no samba. Na imagem, vemos o brasileiro Carlinhos de Jesus, famoso dançarino de samba que já coreografou e dançou o estilo samba de malandro.

Os sambas desse modo foram objeto de Estado para a regulação social, quando este exige a inclusão de letras nacionalistas, patrióticas e de amor ao trabalho. O samba, então, aparece higienizado, reeducado e modernizado por

▶ agentes do Estado Novo, para servir na difusão da ideologia do projeto nacionalista de Vargas. Frente ao caráter dúbio das composições, pode-se afirmar que alguns malandros de fato assumiram o papel de regenerados, porém não se pode dizer que isso foi feito com eficácia, uma vez que o caráter ambíguo do discurso malandro não lhe permitia esse papel.

Contudo, a máquina ideológica varguista não erradicou o samba, mas fomentou a cultura do samba-exaltação, cujas letras apontavam para as vantagens de se trabalhar de forma honesta e para as grandezas do país. Na verdade, houve músicos populares que seguiram os ditames impostos por meio da adesão relativamente espontânea ao regime, passando a compor letras que enalteciam o mundo do trabalho e valorizavam o Estado Novo. Mas, de outra parte, muitos sambas não se submeteram e buscavam furar o cerco da ditadura, destoando da ideologia trabalhista defendida pelo varguismo.

VIRTUOSO, Marilene Maximiano. *Samba: malandragem e nacionalismo na ideologia trabalhista no Brasil da Era Vargas (1930–1945)*. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3867/1/Marilene%20Maximiano%20Virtuoso.pdf>. Acesso em: 24/10/2022. Adaptado.

Dentro de classe trabalhadora amorfa, à qual se referia Vargas nos seus discursos do 1º de maio, existiam muitas nuances. A vida não era igual para todos. Mulheres e negros, por exemplo, tinham experiências muito diversas daquelas tidas por operários brancos. São essas experiências distintas que exploraremos nos próximos capítulos, buscando entender como eles se colocaram na cena social e política do Brasil da primeira metade do século XX.

Refleta sobre o conteúdo

1. Leia o texto a seguir.

Na madrugada do dia 4, todas as unidades militares de Porto Alegre já se encontravam sob o controle dos revolucionários. No interior do estado, quase não houve luta. Vargas divulgou, no mesmo dia 4, um manifesto conclamando o povo gaúcho às armas: “Estamos diante de uma contrarrevolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano”. Dizia no final: “Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heroico”. Os gaúchos atenderam ao apelo com entusiasmo e em poucos dias cerca de 50 mil voluntários alistaram-se para lutar na insurreição.

Verbete Getúlio Vargas, CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-dornelles-vargas>. Acesso em: 24/10/2022.

Assinale a alternativa que se refere ao evento citado no texto.

- a) A implantação do Estado Novo, em 1937.
- b) A Revolução Constitucionalista, de 1932.
- c) A Revolução de 1930.
- d) A deposição de Getúlio Vargas, em 1945.
- e) A Intentona Comunista, de 1935.

Para aprofundar ainda mais o estudo sobre o governo de Getúlio Vargas, confira a bibliografia comentada com indicações de leitura sobre esse período da História. Acesse o QR Code a seguir.



Breve guia de leitura
para entender o
período Vargas | Café
História

2. Leia o fragmento de texto a seguir.

O ritual criado em torno das solenidades fúnebres para João Pessoa criou um mito, sendo idealizado pelo empresário e comunicador paraibano Assis Chateaubriand, entusiasta da Aliança Liberal, grupo político de que o governador da Paraíba fazia parte.

RESENDE, André. *Morte de João Pessoa: 90 anos do crime que marcou a Paraíba e mudou a política no Brasil*. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/07/26/morte-de-joao-pessoa-90-anos-do-crime-que-marcou-a-paraiba-e-mudou-a-politica-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 24/10/2022. Adaptado.

O texto acima faz referência a um episódio histórico que marcou o século XX. Assinale a alternativa que corresponde a esse evento.

- a) Ao assassinato de João Pessoa, crítico e dissidente da Aliança Liberal, movimento que ajudou a acabar com a Política do Café com Leite no Brasil.
- b) Ao esfacelamento da Aliança Liberal após o assassinato de João Pessoa, que era contrário à Política do Café com Leite e sofreu retaliações de adversários políticos.
- c) Ao fortalecimento da Aliança Liberal, movimento político criado para dar continuidade à Política do Café com Leite e que resultou de fato na continuidade dos políticos paulistas e mineiros no poder.
- d) À utilização política do assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente nas eleições de 1930, que culminou com um golpe de estado e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.
- e) À Revolução de 1930, que levou João Pessoa à presidência do Brasil. As reformas e mudanças implementadas pelo novo presidente fizeram com que ele fosse assassinado por adversários políticos.

3. (Enem–Adaptada) Observe o texto a seguir.

Nos primeiros anos do Governo Vargas, as organizações operárias sob controle das correntes de esquerda tentaram se opor ao seu enquadramento pelo Estado. Mas a tentativa fracassou. Além do governo, a própria base dessas organizações pressionou pela legalização. Vários benefícios, como as férias e a possibilidade de postular direitos perante as Juntas de Conciliação e Julgamento, dependiam da condição de ser membro de sindicato reconhecido pelo governo.

FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2002. Adaptado.

No contexto histórico retratado pelo texto, a relação entre governo e movimento sindical foi caracterizada:

- a) pelo reconhecimento de diferentes ideologias políticas.
- b) por um diálogo democraticamente constituído.
- c) pelas benesses sociais do getulismo.
- d) pela vinculação de direitos trabalhistas à tutela do Estado.
- e) por uma legislação construída consensualmente.

4. Para a instalação do Estado Novo em 1937, Getúlio Vargas fez uso de um documento que justificava sua ação. Assinale a alternativa que aponta qual foi esse documento.
- a) Um relatório produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda que mostrava a popularidade do presidente.
 - b) A carta produzida por Luís Carlos Prestes, na ocasião da Intentona Comunista.
 - c) O discurso de Plínio Salgado, que prometia tomar a presidência caso Vargas não obedecesse aos pedidos da Ação Integralista Brasileira.
 - d) O Plano Cohen, documento forjado pelas Forças Armadas, que descrevia a intenção de comunistas tomarem o Brasil.
 - e) A Constituição de 1937, feita à revelia de Vargas pelo Congresso Nacional, com o objetivo de tirá-lo do poder.

5. O ano era 1943. O cenário, um Brasil desenvolvimentista. Ainda que a maior parte da mão de obra se encontrasse no campo, os sindicatos e os trabalhadores da cidade já buscavam seus direitos com diferentes manifestações e greves. Getúlio Vargas era o presidente da República no período em que mais de 15 mil leis trabalhistas circulavam no país. Conquista para uns, jogo político para outros, esse documento é considerado até hoje um dos maiores avanços dos direitos sociais trabalhistas no país.

TAVARES, Viviane. Agência Fiocruz. 2013. Adaptado.

O documento ao qual o texto faz referência é:

- a) a lei de sindicalização.
- b) a Lei Eusébio de Queirós.
- c) a Lei de Greve.
- d) a Lei Eloy Chaves.
- e) a Consolidação das Leis Trabalhistas.

6. (Enem–Adaptada) Leia o texto a seguir.

Durante o Estado Novo, os encarregados da propaganda procuraram aperfeiçoar-se na arte da empolgação e envolvimento das “multidões” através das mensagens políticas. Nesse tipo de discurso, o significado das palavras importa pouco, pois, como declarou Goebbels, “não falamos para dizer alguma coisa, mas para obter determinado efeito”.

CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

O controle sobre os meios de comunicação foi uma marca do Estado Novo, sendo fundamental à propaganda política, na medida em que visava:

- a) conquistar o apoio popular na legitimação do novo governo.
- b) ampliar o envolvimento das multidões nas decisões políticas.
- c) aumentar a oferta de informações públicas para a sociedade civil.
- d) estender a participação democrática dos meios de comunicação no Brasil.
- e) alargar o entendimento da população sobre as intenções do novo governo.

7. A imagem a seguir mostra o panfleto de propaganda da candidatura de Getúlio Vargas à presidência, em 1930. Sobre o contexto desse período, assinale a alternativa **correta**.



- Reprodução
- a) A Aliança Liberal foi o partido pelo qual Getúlio Vargas lançou sua candidatura junto a João Pessoa, e era apoiado pela oligarquia paulista e mineira, de acordo com a Política do Café com Leite.
 - b) No contexto da Política do Café com Leite e do voto de cabresto, a Aliança Liberal, partido do qual Getúlio Vargas fazia parte, colocava-se contrária às oligarquias paulista e mineira e propunha o voto secreto.
 - c) A campanha encabeçada por Getúlio Vargas conquistou as massas, e o candidato foi eleito nas urnas. Contudo, a Revolução de 1930 o destituiu do poder, e o seu vice, João Pessoa, assumiu a presidência do Brasil.
 - d) O projeto apresentado pela Aliança Liberal, apesar de se opor às oligarquias, não rompia de fato com a estrutura da Política do Café com Leite, pois pretendia manter o voto aberto e a troca de favores com os governadores.
 - e) Apesar de inicialmente ligado à Aliança Liberal, Getúlio Vargas rompeu com os aliancistas após as eleições de março de 1930 e em outubro iniciou o movimento que ficou conhecido como **Revolução de 1930**.
8. (UPE) Viver a democracia era o desejo de muitos grupos políticos existentes no Brasil dos anos 1930. No entanto, o governo de Getúlio Vargas seguia outros caminhos, enfrentando as oposições. Com a Constituição de 1937, Getúlio Vargas:
- a) centralizou mais ainda o poder político, firmando o autoritarismo.
 - b) procurou modernizar a sociedade, multiplicando os partidos políticos.
 - c) refez a legislação sindical, garantindo as reivindicações operárias.
 - d) fortaleceu normas liberais, sem, contudo, deixar seu poder de centralizador.
 - e) trouxe ideias sociais mais avançadas, imitando modelos europeus.

9. (Enem—Adaptada) Leia a letra da canção a seguir e responda à questão.

Aquarela do Brasil

Brasil!

Meu Brasil brasileiro

Meu mulato inzoneiro

Vou cantar-te nos meus versos

O Brasil, samba que dá

Bamboleio que faz gingar

O Brasil do meu amor

Terra de Nosso Senhor

Brasil! Pra mim! Pra mim, pra mim!

Oh! Abre a cortina do passado

Tira a mãe preta do Cerrado

Bota o rei congo no congado

Brasil! Brasil!

Deixa cantar de novo o trovador

À merencória luz da lua

Toda canção do meu amor

Quero ver essa dona caminhando

Pelos salões, arrastando

O seu vestido rendado

Brasil! Pra mim, pra mim, pra mim!

[...]

Letra de Aquarela do Brasil. Composição de Ary Barroso.

Durante a Era Vargas a arte, especialmente a música, foi utilizada como instrumento de propaganda do Estado. Nesse período, houve um ritmo musical que se destacou, consolidando a carreira de muitos músicos desse estilo, como Noel Rosa, Ataulfo Alves, Dorival Caymmi. Muito usual no Estado Novo de Vargas, a composição de Ary Barroso é um exemplo típico de:

- a) música de sátira.
- b) samba.
- c) hino revolucionário.
- d) propaganda eleitoral.
- e) marchinha de protesto.



boldig | Adobe Stock

3

Jacob Lund | Adobe Stock

Trabalho feminino no Brasil no início do século XX

O século XX foi um período crucial para as transformações no papel social desempenhado pelas mulheres. Em diversas partes do mundo, as ondas feministas lutaram pelos direitos e pela igualdade de gênero. No Brasil, foi na década de 1930 que as mulheres conquistaram o direito ao voto e foram reconhecidas em sua singularidade pela legislação trabalhista. Tais eventos foram muito significativos para a história da luta feminina e feminista do nosso país.

Neste capítulo, vamos saber um pouco mais sobre as particularidades da presença das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, no início do século XX, pois, como já foi apontado, nesse período aconteceram muitas mudanças no cenário do trabalho em geral, especialmente do trabalho feminino.

A luta das mulheres por igualdade de direitos

Para um determinado grupo de mulheres — majoritariamente brancas e de classes abastadas —, a inserção no mercado de trabalho fora do lar era uma batalha dentro da luta pela emancipação feminina. Inspiradas em movimentos femininos europeus do final do século XVIII e do século XIX, elas argumentavam sobre a necessidade de igualdade de direitos sociais, civis e jurídicos para homens e mulheres.

Entretanto, para outros grupos de mulheres, como ex-escravizadas ou descendentes de escravizados e de classes mais baixas, o trabalho externo era uma realidade experienciada há muitos anos. Era uma necessidade, e não um objetivo ou um meio de conseguir independência.

Havia ainda as imigrantes, que também tinham necessidades distintas das trabalhadoras brasileiras. Essas mulheres chegaram ao Brasil para trabalhar majoritariamente nas fábricas e trouxeram consigo ideologias que estavam em evidência na Europa naquele período, como os ideais socialistas e anarquistas, que as colocaram na luta por direitos trabalhistas, igualdade de direitos e melhores condições de trabalho.

Ao mesmo tempo, havia uma forte pressão social exercida sobre as mulheres, reforçada pela ideologia da Igreja Católica, para que elas não desempenhassem nenhuma atividade fora do lar. De acordo com essa perspectiva, o papel da mulher deveria estar circunscrito ao âmbito privado, pois a rua era vista como um lugar degradante, que deveria ser evitado pelas mulheres, especialmente as de boa família.

No período em que vigorava a escravidão, os trabalhos feitos fora do espaço da casa, como os das lavadeiras, eram relegados às mulheres de pele mais escura, situação que não teve grandes mudanças com a abolição da escravatura. A realidade material de muitas dessas mulheres fazia com que o trabalho fosse uma necessidade de sobrevivência, e não um meio de independência da subjugação masculina.

No final do século XIX, a lavagem de roupas era feita majoritariamente em fontes públicas e riachos, ou seja, na rua. As lavadeiras tinham que transitar por esses espaços para exercerem seus serviços. Era considerado um trabalho externo à casa e, por isso, destinado às mulheres mais retintas, uma demonstração do racismo dessa sociedade.

Esse fato nos mostra duas coisas importantes para entendermos o trabalho feminino nesse período: primeiro, que os piores trabalhos estavam destinados às pessoas que tinham menos prestígio social, e, na sociedade brasileira racista de fins do século XIX e início do século XX, esse papel estava direcionado às pessoas negras; e o segundo ponto é que, muito antes de conquistarem a igualdade de gênero e a emancipação feminina, muitas mulheres já trabalhavam fora de casa.

Por essa razão, os piores trabalhos, com as piores remunerações eram relegados às mulheres. Quando não tinham com quem deixar seus filhos, eles as acompanhavam em ambientes impróprios, muitas vezes insalubres, e iniciavam no mercado de trabalho ainda crianças.

Assim, no Brasil da primeira metade do século XX, havia uma pluralidade de experiências étnico-sociais na vivência das mulheres trabalhadoras, que estavam ligadas ao contexto social de transformações que estudamos nos capítulos anteriores.

O movimento feminista forjado nesse contexto, conhecido como a **primeira onda feminista**, estava muito mais atrelado às mulheres da elite, que tinham aspirações sociais e políticas muito diferentes das mulheres trabalhadoras, as quais sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho. Conhecidas como **sufragistas**, elas lutavam pelo **sufrágio** — direito público de votar e ser votado —, pois acreditavam que, elegendo seus candidatos, poderiam mudar as políticas direcionadas às mulheres.

Bertha Lutz também atuou como deputada na Câmara Federal em 1936 e, ao longo de sua vida, realizou vários outros trabalhos importantes. Para saber mais sobre a carreira de Bertha Lutz, assista ao vídeo disponível no QR Code a seguir.



A bióloga que liderou a luta por direitos das mulheres: Bertha Lutz | Nexo Jornal

Liga Nacional das Mulheres Eleitoras, em campanha a favor do voto feminino nos Estados Unidos, em 1924, após quatro anos da primeira vez que uma mulher votou no país.



Everett Collection | Shutterstock

Uma das políticas públicas pelas quais o movimento feminista lutava por mudança era a que dizia respeito à possibilidade de as mulheres estudarem e exercerem profissões liberais; por exemplo, médica, advogada ou bióloga, como foi o caso de Bertha Lutz, que fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).



Reprodução

Bertha Maria Júlia Lutz foi um importante expoente do movimento feminista e da luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Ela foi bióloga, educadora, diplomata e política. Além disso, foi também a segunda mulher a ingressar nos quadros do serviço público brasileiro ao ser aprovada em um concurso para o cargo de secretária do Museu Nacional. Ao lado de outras mulheres, criou a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher; em 1922, foi representante do Brasil na Assembleia Geral da Liga de Mulheres Eleitoras, que aconteceu nos Estados Unidos; e, em 1932, conseguiu que o presidente Vargas concedesse o direito ao voto feminino.

A FBPF foi uma importante organização em prol dos direitos das mulheres no início do século XX, sendo um dos grupos que, desde a década de 1920, lutaram arduamente pelo voto feminino, pelo direito à instrução da mulher e pela criação de uma legislação que regulasse o trabalho feminino. Em julho de 1931, no segundo congresso organizado pela Federação, foram tratadas também questões trabalhistas, como as férias e a equiparação de salário.



Integrantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1930.



Para saber mais sobre a conquista do sufrágio feminino no Brasil, assista ao vídeo disponível no QR Code a seguir.



Voto feminino: brasileiras conquistaram direito em 1932 | TV Ufes

A partir de 1932, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, o sufrágio feminino foi conquistado. O voto, porém, era reservado somente a mulheres alfabetizadas, sendo elas viúvas e solteiras que tivessem renda própria, ou casadas, devidamente autorizadas pelos maridos a votar. Todas essas exigências limitavam e quase excluíam a participação de mulheres pobres e negras, o que mostra que, apesar de o movimento ter sido importante para ampliar os direitos das mulheres na sociedade brasileira, ele não abarcava diretamente as necessidades e os anseios dessa parcela da população feminina.

Almerinda Farias: a sufragista negra que a história não conseguiu apagar

“Eu sempre, por instinto, me revoltei contra a desigualdade de direitos entre homem e mulher”, dizia a ativista. Conheça sua trajetória de luta pela participação negra feminina na política

Mulher negra, sindicalista e advogada: assim pode ser descrita a alagoana Almerinda Farias Gama. Nascida em Maceió, em maio de 1899, ela foi pioneira na atuação na política nacional, sendo parte importante do movimento sufragista brasileiro de 1932.

Almerinda se mudou para o estado do Pará ainda na infância, após o falecimento do pai, sendo criada por uma de suas tias. Um dos seus primeiros trabalhos, ainda bem jovem, foi como datilógrafa. A partir desse ofício, Almerinda passou a escrever crônicas para o jornal *A Província*.

No início da década de 1920, a alagoana se casou e teve um filho. No entanto, a criança morreu ainda na infância e seu companheiro também faleceu, em 1926, vitimado pela tuberculose. Já sem família e trabalhando para sobreviver, Almerinda se indignou com as condições de trabalho sexistas em que ela estava inserida. Uma datilógrafa recebia, em média, 200 réis para exercer a função. Já um homem que cumprisse o mesmo ofício recebia 300. Cansada dessa desigualdade, em 1929, Almerinda Farias rumou para o Rio de Janeiro, em busca de oportunidades de trabalho mais igualitárias.

Engajamento político

Assim que chegou à cidade do Rio de Janeiro, Almerinda se filiou à Federação Brasileira pelo Progresso da Mulher (FBPM) e iniciou sua luta pela emancipação da mulher, especialmente pelo voto feminino. Fundou e foi

presidente do Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas, reconhecido em 1933. Ainda nesse ano, em junho, Almerinda participou do *II Congresso Internacional Feminista*, no Rio de Janeiro, organizado pela FBPM. Em 1933, como representante do sindicato, participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, sendo a única delegada negra presente. Na ocasião, Almerinda compareceu, em homenagem à sua profissão, com uma máquina de escrever.

Advogada consciente dos direitos da classe trabalhadora

Almerinda se formou como bacharela em Direito em 1933 e, em 1934, foi uma das feministas que enviou à Assembleia Nacional o pedido de voto para artigos da futura Constituição que contemplavam os direitos da mulher. A alagoana também foi uma das fundadoras do Partido Socialista Proletário do Brasil e, em agosto do mesmo ano, candidatou-se ao cargo de deputada federal nas eleições para a Câmara de Deputados e para o Senado, que ocorreu no mês de outubro. Nos panfletos da campanha de Almerinda, lia-se o seguinte: “Advogada consciente dos direitos das classes trabalhadoras, jornalista combativa e feminista de ação. Lutando pela independência econômica da mulher, pela garantia legal do trabalhador e pelo ensino obrigatório e gratuito de todos os brasileiros em todos os graus”.

Embora não tenha sido eleita, permaneceu na política durante algum tempo como dirigente do Partido Socialista Proletário do Brasil, até a instauração do chamado **Estado Novo**, em 1937.

Fora da política, mas ativa na luta

Nos anos posteriores, Almerinda se manteve afastada das disputas políticas e sindicais, ocupando-se do ofício de poetisa, atriz, professora e tradutora de francês, inglês e espanhol. Em 1956, trabalhou no jornal *O Dia* e foi uma das dirigentes dos trabalhos realizados na instalação da comissão de apoio à *Conferência de Mulheres Trabalhadoras*, na Associação Brasileira de Imprensa. Em 1992, gravou uma pequena entrevista para a organização feminista ComMulher.

Almerinda faleceu em 31 de março de 1999, em São Paulo. Atualmente, a militante é vista como uma importante desbravadora do caminho da política para as mulheres brasileiras, em especial no que se refere às mulheres negras disputando cargos eletivos. Em 2016, a prefeitura de São Paulo instituiu o *Prêmio Almerinda Farias Gama*, voltado às iniciativas em comunicação social ligadas à defesa da população negra.

Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/almerinda-farias-a-sufragista-negra-que-a-historia-nao-conseguiu-apagar,0b6dc81074b0d8469056ebdd5de04e53nc15g2sy.html>. Acesso em: 11/04/2023. Adaptado.

Apesar das pautas trabalhistas apresentadas pela FBPF, o movimento era composto quase que absolutamente por mulheres de classes ricas, sem participação das mulheres operárias, domésticas ou de outros ramos. Assim, nem todas as necessidades e reivindicações das mulheres trabalhadoras estavam contempladas nas pautas da FBPF. Essas mulheres tiveram que construir seus próprios movimentos de contestação e de busca por igualdade de direitos.

No movimento operário tem mulher: a luta por direitos trabalhistas

Em 1917, o mundo vivia a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), e o contexto econômico era de crise em diversos países. Na cidade de São Paulo, a crise se fazia sentir pelos trabalhadores, que tiveram sua carga de trabalho aumentada e as condições de trabalho pioradas. As indústrias europeias estavam paradas

por causa do conflito, então países de industrialização periférica, como o Brasil, aumentaram exponencialmente sua produção, exigindo mais esforço e tempo dos trabalhadores. Além disso, os salários estagnavam, enquanto os preços dos produtos e alimentos subiam rapidamente.

O ano de 1917 foi marcado por grandes agitações sociais não só no Brasil, mas em diversas partes no mundo, provocadas pela percepção coletiva da possibilidade de buscar melhorias não só para as condições de trabalho, mas também de vida. Um desses lugares foi a Rússia, que, enquanto a Europa tinha seu território tomado pela Grande Guerra, passava por um processo histórico que alteraria profundamente as bases da sua sociedade, dando início ao regime socialista que durou até o final do século XX e influenciou diversos países pelo mundo.



Na imagem, reunião de greve em Petrogrado, Rússia, durante a Revolução Russa de 1917.

Os operários, saturados da exploração, passaram a se organizar em Ligas e a realizar assembleias, instituindo um movimento contra a carestia. Rapidamente, os protestos sociais viraram um movimento grevista. Assim, em junho de 1917, cerca de 400 funcionários da fábrica têxtil Cottonificio Crespi — localizada no bairro da Mooca, São Paulo —, cuja Liga Operária era composta majoritariamente por mulheres, decretaram greve, pedindo aumento de salário e o fim do horário noturno. O movimento foi seguido por funcionários de outras fábricas da região, e, em pouco mais de um mês, mais de 43 mil operários — de uma cidade com 400 mil habitantes — aderiram à greve. A agitação alcançou cidades vizinhas e chegou aos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, sendo considerada uma das primeiras greves gerais do Brasil. A dimensão alcançada pelo movimento forçou o governo a negociar o retorno dos trabalhadores às atividades.

Houve ainda um outro fator que foi fundamental para os movimentos de 1917: a mão de obra que ocupava as fábricas paulistanas no início do século XX era, em sua maioria, composta por imigrantes europeus. Na indústria têxtil, por exemplo, os italianos formavam a maior parte dos trabalhadores. Muitos desses operários se identificavam com as correntes ideológicas do socialismo e do anarquismo e se organizavam baseados nos pressupostos dessas ideologias. Estes, socialistas e anarquistas, acabaram sendo os principais organizadores do movimento de 1917.

No contexto brasileiro do final do século XIX, duas novas circunstâncias viariam a influenciar permanentemente as relações sociais e de trabalho no país: a Lei Áurea, que pôs fim ao regime escravocrata; e a chegada de imigrantes oriundos principalmente de países europeus, que, entusiasmados pelas promessas de novas oportunidades de vida, começaram a desembarcar em território sul-americano.

A jornada desses trabalhadores estrangeiros, que vinham principalmente para suprir as lacunas produtivas decorrentes do fim da escravidão, não seria fácil. [...] Ao desembarcar no Brasil, os imigrantes se viram enganados pelas falsas promessas de melhores oportunidades e de riquezas no continente americano. Além disso, foram sujeitos a condições de trabalho tão extenuantes quanto as que haviam deixado para trás, dentro de um mercado de trabalho que ainda engatinhava fora do ideal escravocrata. Provinham de diversas nações: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, Japão, etc. Sua chegada maciça ao continente americano se dá por volta da década de 1870, se estendendo pelas décadas seguintes e povoando, sobretudo, as regiões Sul e Sudeste do país.

O estabelecimento de imigrantes na Região Sudeste, que teve como foco principal o trabalho na lavoura cafeeira na cidade de São Paulo e suas adjacências, deu origem a uma grande variedade cultural no âmbito paulistano.

Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/10157/3600569/Labor+12.pdf>. Acesso em: 03/05/2023. Adaptado.

Apesar da pouca participação das mulheres nos sindicatos dessa época — muito em função da ideologia que dizia que o lugar da mulher deveria se restringir ao espaço doméstico —, elas estavam presentes não só nas fábricas, mas também nas ligas — organizações que precederam os sindicatos —, reivindicando demandas voltadas para as mulheres trabalhadoras. Em alguns setores, as mulheres formavam grande parte da força de trabalho. Na indústria têxtil, por exemplo, em 1912, a mão de obra feminina era de cerca de 72% do total de trabalhadores.

Em São Paulo, a Liga Operária do Belenzinho — formada logo após a greve de 1917 e que se transformou na União Geral dos Trabalhadores — era dirigida por Maria Antônia Soares, costureira espanhola e militante anarquista. Ainda antes, em 1906, o *Manifesto às Trabalhadoras de São Paulo* foi publicado no jornal anarquista *Terra Livre*, assinado pelas operárias Maria Lopes, Teresa Carini e Teresa Fabri. No mesmo ano, Ernestina Lesina, anarquista e fundadora do jornal operário *Anima Vita* fundou a Associação de Costureiras de Sacos, que reivindicava a redução da jornada de trabalho e a organização sindical.

Outra evidência da forte participação feminina no movimento operário do início do século XX está no fato de que o movimento paredista de 1917 foi iniciado pelas operárias, que se mantiveram na linha de frente da paralisação geral. Uma das consequências diretas da greve foi acender o debate na Câmara Federal sobre legislação trabalhista, especialmente sobre a regulação do trabalho feminino e de menores de idade.

Trabalhadoras recebiam menos

No período dos movimentos grevistas de 1917, as mulheres ocupavam quase 34% da força de trabalho, e no setor têxtil o número de empregadas superava o de homens. Na fábrica de fósforos *A Pauliceia*, os trabalhadores chegavam a receber diárias de 4 mil réis, mas havia lá cem mulheres empregadas que não recebiam mais que 1.800 réis por dia. As condições de trabalho, generalizadamente péssimas, e a mão de obra infantil, também largamente utilizada, não teriam fim com a vitória da greve: em 1925, as trabalhadoras da Fábrica Mariângela afirmaram que os homens recebiam de 7 a 9 mil réis por dia; e as mulheres, entre 4 mil e 5.500 réis; as crianças, a maior parte delas meninas, na tarefa de cuidar das espulas (grandes carretéis de linha que abastecem os teares), ganhavam entre 1.500 e 2 mil réis.

FRACCARO, Gláucia. Mulheres, sindicatos e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. In: *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 76, 2017, p. 78. Adaptado.

Diversos projetos propunham mudanças nas condições de trabalho das mulheres não apenas nas fábricas, mas também no comércio e na agricultura. Deputados queriam proibir o trabalho noturno feminino, criar a licença-maternidade com garantia de estabilidade e manutenção de salário e o funcionamento das creches junto às fábricas onde trabalhassem mais de dez mulheres. O trabalho de menores também recebeu atenção especial após a greve de 1917 e, ao contrário da preocupação com o trabalho feminino, foi um dos tópicos que desencadeou o movimento grevista. Mas, na visão dos legisladores da época, as necessidades das duas categorias estavam interligadas.

Assim, já em 1917, os projetos propunham o estabelecimento da idade mínima de quatorze anos para a admissão de menores no trabalho e determinavam a diferença entre o trabalho feminino e o masculino, estabelecendo, para os meninos de até dezesseis anos, a necessidade de autorização dos pais para trabalhar; e, às meninas, a exigência dessa mesma autorização até que completassem dezoito anos.

Ao longo da década de 1920, o movimento operário sofreu uma enorme repressão do Estado, por isso, muitas organizações foram desarticuladas. A influência dos empregadores continuou presente quando o Estado procurava intervir na relação entre capital e trabalho, pois eles não achavam que a interferência do governo era um abuso de poder por parte dos governantes. Mas foi durante os anos 1920, como vimos, que surgiu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A pressão feita por mulheres da elite, que exigiam, entre outras reivindicações, a regulamentação do trabalho feminino, surtiu efeito; e a classe patronal, vendo que teria que ceder em algum ponto, elegeu a pauta feminina para a negociação. A partir dessas lutas, criou-se um consenso acerca da necessidade da intervenção do Estado em algumas pautas específicas, como o trabalho de menores e o trabalho feminino.

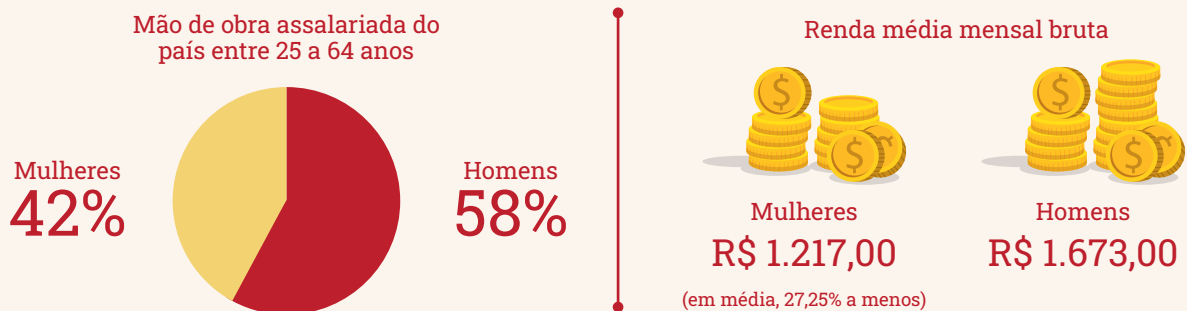
Na década de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência, até 1934, quando foi promulgada uma nova Constituição, o então presidente governou sem interferências. Após fechar o Congresso e as Assembleias estaduais, Vargas publicou decretos, dirigindo o país sem obstáculos, junto com seus ministérios. Nesse período, foi implementada grande parte das leis trabalhistas, inclusive a regulamentação do trabalho feminino, em maio 1932.

Por meio do Decreto do Trabalho das Mulheres, Getúlio Vargas proibiu o trabalho feminino noturno, antiga reivindicação do movimento trabalhista, bem como o

trabalho feminino em atividades insalubres. O decreto deu grande atenção à mulher gestante: foi proibido o trabalho feminino de mulheres grávidas quatro semanas antes e quatro semanas após o parto; foram autorizados dois intervalos para descanso e amamentação durante os seis primeiros meses; e foi regulamentada a criação de creches em locais de trabalho onde houvesse mais de trinta mulheres. Também foi aprovada a possibilidade de quebra de contrato sem multa ou outros encargos por parte de gestantes e foi concedido descanso em casos de aborto espontâneo. E aquela que foi vista como uma das mais importantes regulamentações trazidas pelo decreto: o estabelecimento de salários iguais para trabalhos iguais, independentemente do gênero.

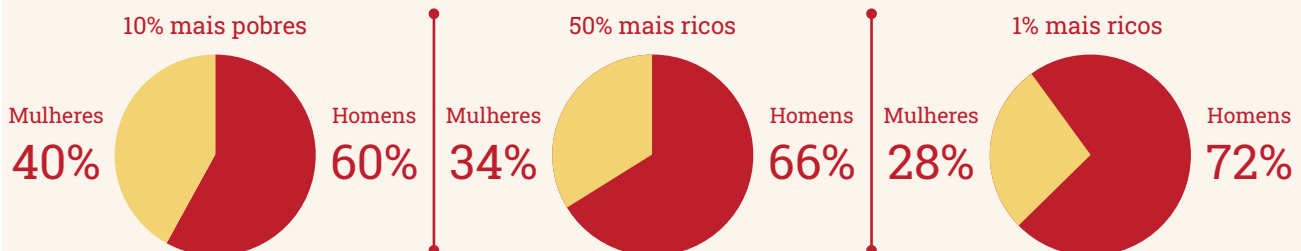
Desigualdade salarial entre homens e mulheres ainda é um problema no Brasil

Mesmo após décadas do decreto que determinou a igualdade salarial entre gêneros, essa realidade ainda está longe do ideal. Atualmente, ainda vemos essa desigualdade presente em nosso país, conforme apontam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores. 2014. IBGE.

Se observamos os dados que mostram o percentual de pessoas mais ricas e mais pobres por gênero, veremos que as mulheres compõem maior parte da população mais pobre e que os homens — especialmente os brancos e de meia-idade — são maioria entre os mais ricos.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores. 2014. IBGE.

A mesma pesquisa do IBGE mostra que a situação se torna ainda mais alarmante quando comparamos esses dados com os dados sobre educação, os quais apontam que, entre os brasileiros de 25 a 64 anos, 60% das pessoas com Ensino Superior completo são mulheres, enquanto homens nessa mesma faixa etária somam 40%. Mesmo atuando na mesma profissão, a média salarial tende a ser diferente. Por exemplo, a pesquisa indica que, na Arquitetura, a média salarial dos homens é de R\$ 5.188,00; e a das mulheres, R\$ 3.880,00; na Medicina, a disparidade é ainda maior: homens recebem, em média, R\$ 11.150,00, enquanto mulheres recebem R\$ 7.548,00.

Ou seja, ainda há um longo caminho a ser percorrido, não só em questões salariais, mas no tocante aos direitos trabalhistas femininos em geral, pois, apesar de existirem leis que visam promover a equidade, mulheres ainda são preteridas para determinados cargos, especialmente quando são mães.

A ênfase do decreto na regulamentação do trabalho de mulheres grávidas mostra que a preocupação continuava sendo a moral feminina e a defesa da família, e não a igualdade de direitos. Embora as leis tenham servido para proteger as mulheres da superexploração à qual eram submetidas, na realidade, elas foram usadas por aqueles que eram contra a execução do trabalho feminino fora do lar para limitar a atuação das mulheres no mercado de trabalho, argumentando que não poderiam arcar com os custos advindos da regulamentação e, por esse motivo, não contratariam mulheres.

A pequena participação das mulheres nas entidades sindicais, dominada por figuras masculinas, não significou pouca mobilização feminina. A resistência e a luta das mulheres operárias no início do século XX se deu, muitas vezes, em outros espaços de sociabilidade, de maneira espontânea e difusa, reivindicando melhores condições de trabalho e questionando a hierarquia das fábricas.

Contudo, a experiência das mulheres operárias ainda não era a experiência da totalidade das trabalhadoras no início do século XX. Apesar de toda a ideologia que pressionava as mulheres para dentro dos lares e para o espaço privado, elas ocupavam o espaço público de diversas maneiras, muitas vezes pela necessidade de sobrevivência. É importante lembrar também que, nesse período, as fábricas eram constituídas em grande parte por homens e mulheres imigrantes, em sua maioria vindos da Europa. Mas havia uma enorme parcela da população brasileira que foi trazida de outro continente: a África.

Refleta sobre o conteúdo

1. (Enem–Adaptada) Analise a imagem a seguir.



Reprodução

– Haverá ainda quem resista a' poderosa influencia do partido Mulherista.?!'

PEDERNEIRAS, R. *Revista da Semana*, ano 35, n. 40, 15 set. 1934. In: LEMOS, R. (Org.) *Uma história do Brasil através das caricaturas (1840-2001)*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras e Expressões, 2001.

Na imagem, da década de 1930, há uma crítica à conquista de um direito pelas mulheres, relacionado com a:

- a) redivisão do trabalho doméstico. d) aprovação do direito ao divórcio.
- b) liberdade de orientação sexual. ~~e) obtenção da participação eleitoral.~~
- c) garantia da equiparação salarial.

2. O texto a seguir estabelece uma relação entre a sindicalização feminina no Brasil e na França no início do século XX.

Na França, Madeleine Rebérioux registra o mesmo problema. Ela explica a baixa taxa de sindicalização das operárias em comparação à dos homens, desde o final do século XIX, em parte pela falta de disponibilidade (afinal as trabalhadoras também são donas de casa e mães), mas também pela “dificuldade de penetrar no mundo masculino dos sindicatos, frequentemente dirigidos por operários qualificados mais ou menos hostis.”

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1980-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 90.

Assinale a alternativa **correta** acerca desse tema.

- a) Apesar da presença de mulheres nas fábricas, o movimento operário masculino proibia a participação de mulheres nas ligas e nos sindicatos por considerar que a elas cabia apenas o papel de mãe e dona de casa.
- b) As mulheres que ocupavam postos nas fábricas eram geralmente mulheres da elite, por isso, apesar de não participarem dos sindicatos, tinham forte inserção na política institucional.
- c) A razão pela qual a contribuição sindical impedia que as mulheres participassem dos sindicatos no início do século XX era que elas recebiam menos que os homens, mesmo realizando trabalhos iguais.
- d) O menor número de mulheres nos movimentos de trabalhadores organizados não refletiu necessariamente a força da participação feminina nos movimentos grevistas do início do século XX, haja vista as demandas específicas da sua experiência de classe.
- e) As demandas específicas das mulheres, como as relacionadas à gravidez ou a questões de assédio, fizeram com que fossem paulatinamente excluídas do movimento sindical, pois os líderes, majoritariamente homens, não aceitavam colocar em pauta as reivindicações femininas.

3. Leia o texto a seguir.

– Não temos tempo de conhecer nossos filhos!

Sessão de um sindicato regional. Mulheres, homens, operários de todas as idades. Todas as cores. Todas as mentalidades. Conscientes. Inconscientes. Vendidos.

Os que procuram na união o único meio de satisfazer suas reivindicações imediatas. Os que são atraídos pela burocracia sindical. Os futuros homens da revolução. Revoltados. Anarquistas. Policiais.

[...]

– Nós não podemos conhecer os nossos filhos! Saímos de casa às seis horas da manhã. Eles estão dormindo. Chegamos às dez horas. Eles estão dormindo. Não temos férias! Não temos descanso dominical!

GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Editora Cintra, 2013, p. 25. Adaptado.

O trecho anterior, do livro escrito por Pagu, escritora e militante que viveu em São Paulo na primeira metade do século XX, fala sobre o contexto dos trabalhadores operários naquela época. Sobre essa temática, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O início do século XX foi um período de grandes reivindicações por parte dos trabalhadores, que organizaram movimentos paredistas, como a greve geral de 1917, que paralisou mais de 50 mil trabalhadores.
- b) O movimento operário do início do século XX no Brasil era fortemente influenciado pelas correntes anarquista e socialista, muito em virtude da composição étnica do operariado do Sudeste, formado por trabalhadores imigrantes europeus.
- c) As fábricas se negavam a absorver a mão de obra feminina, que majoritariamente ocupava os postos do comércio ou ficava restrita ao ambiente privado. Por isso não havia regulamentação específica para mulheres nesse período.
- d) Uma das maiores greves do período, a de 1917, foi deflagrada devido à diminuição do poder de compra dos trabalhadores em um contexto de aumento da inflação e ampliação dos lucros dos empresários.
- e) Apesar da participação sindical em menor número, o papel das mulheres no movimento operário no início do século XX era relevante, haja vista a participação na greve geral de 1917.

4. (Enem–Adaptada) Analise o texto a seguir.

O marco inicial das discussões parlamentares em torno do direito do voto feminino são os debates que antecederam a Constituição de 1824, que não trazia qualquer impedimento ao exercício dos direitos políticos por mulheres, mas, por outro lado, também não era explícita quanto à possibilidade desse exercício. Foi somente em 1932, dois anos antes de estabelecido o voto aos 18 anos, que as mulheres obtiveram o direito de votar, o que veio a se concretizar no ano seguinte. Isso ocorreu a partir da aprovação do Código Eleitoral de 1932.

Disponível em: <http://tse.jusbrasil.com.br>.

Um dos fatores que contribuíram para a efetivação da medida mencionada no texto foi a:

- a) fragilidade das oligarquias regionais.
- b) campanha de extensão da cidadania.
- c) pressão do governo revolucionário.
- d) influência das igrejas protestantes.
- e) superação da cultura patriarcal.

5. Analise, atentamente, os textos a seguir.

Texto I

É de conhecimento que, em muitos estabelecimentos, certos cargos são dados de preferência a moças e senhoras, não em virtude de seu trabalho ser superior ao dos homens, mas em vista dos pequenos salários que elas recebem, o que equivale a um aumento do lucro do patrão e a um grave prejuízo aos homens, muitos com sérios encargos na família.

BRASIL. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, nov. 1936, p. 138. Adaptado.

Texto II

Em 1991, a renda média das brasileiras correspondia a 63% do rendimento masculino. Em 2000, chegou a 71%. As conquistas comprovam dedicação, mas também necessidade. Em 1991, 18% das famílias eram chefiadas por mulheres. Segundo o Censo de 2000, essa parcela subiu para 25%.

[...]

Pouco a pouco as mulheres vão ampliando seu espaço na economia nacional. O fenômeno ainda é lento, mas constante e progressivo. Em 1973, apenas 30,9% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil era do sexo. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), em 1999, elas já representavam 41,4% do total da força de trabalho.

Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-evolucao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 15/04/2023. Adaptado.

Analisando os textos e considerando seu conhecimento sobre o tema, é possível afirmar que:

- a) a valorização do trabalho feminino é uma luta permanente desde o século passado e pode ser percebida na equiparação salarial.
- b) a diferença salarial entre homens e mulheres que exercem o mesmo trabalho é um problema de longa data que o movimento feminista ainda luta para erradicar.
- c) profissionais mulheres mais bem qualificadas conseguem, atualmente, usufruir da equiparação salarial, ao contrário das trabalhadoras do início do século XX.
- d) a legislação trabalhista implementada por Getúlio Vargas conseguiu eliminar muitos problemas da relação entre trabalhador e patrão, inclusive a desvalorização do trabalho feminino.
- e) a justificativa para que a diferença salarial entre homens e mulheres ainda prevaleça no mercado de trabalho é a falta de uma legislação própria que proteja as especificidades do trabalho feminino.

6. Leia o texto a seguir.

Nas últimas décadas, uma acentuada feminização no mundo do trabalho vem ocorrendo. Se a participação masculina pouco cresceu no período pós-1970, a intensificação da inserção das mulheres foi o traço marcante. Entretanto, essa presença feminina se dá mais no espaço dos empregos precários, onde a exploração, em grande medida, se encontra mais acentuada. A situação é um dos paradoxos, entre tantos outros, da mundialização do capital no mundo do trabalho. O impacto das políticas de flexibilização trabalhista, nos termos da reestruturação produtiva, tem se mostrado como um grande risco para toda a classe trabalhadora, em especial para a mulher.

[...]

Além disso, existe a conotação de que a renda feminina é complementar no que tange às necessidades de subsistência familiar. Contudo, para algumas famílias, essa premissa não é mais verdadeira, pois o valor supostamente complementar do salário feminino é frequentemente imprescindível para o equilíbrio do orçamento familiar ou é a renda principal.

NOGUEIRA, C. M. As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo et al. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

Sobre a precarização do trabalho feminino, é **correto** afirmar que:

- a) apesar de não ser um fenômeno novo, a precarização do trabalho feminino assume uma nova faceta no século XXI, como o surgimento não só de novos trabalhos, mas do próprio neoliberalismo.
- b) se aprofundou ao longo dos anos, visto que, no início da industrialização no Brasil, as leis trabalhistas eram mais robustas e plenamente respeitadas pelos patrões.
- c) melhorou ao longo dos anos, visto que, no início do século XX, não havia nenhuma regulamentação, enquanto atualmente as leis trabalhistas dão conta de garantir trabalhos dignos e bem remunerados a quase todas as mulheres.
- d) a exploração feminina pelo mercado de trabalho é um fenômeno recente, do século XXI, muito influenciada pela entrada tardia das mulheres no mercado formal de trabalho.
- e) o trabalho feminino, bem como o de menores, era desvalorizado pela pouca experiência e habilidade desses grupos, razão pela qual eles recebiam menores salários e foram os primeiros a serem beneficiados com leis trabalhistas.



4

Para além das fábricas: outras experiências dos trabalhadores do Brasil

Por muito tempo, quando historiadores abordavam a história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, eles restringiam seus estudos aos operários homens das fábricas urbanas dos grandes centros. Essa visão ocultava uma enorme diversidade de profissões, ofícios e práticas que não estavam enquadradas naquele contexto. Os operários eram considerados os grandes protagonistas da classe trabalhadora brasileira, quando, na realidade, representavam uma parcela minoritária no mundo do trabalho.

O Brasil passou por um processo de mais de 300 anos de escravidão. Além disso, por muito tempo, o estudo do trabalho forçado nos períodos Colonial e Imperial se apartavam das discussões sobre os trabalhadores. Fica óbvio o reducionismo dessa leitura quando refletimos sobre o período após a abolição da escravidão, em 1888. Isso porque, muitas vezes, a história contada faz parecer que os trabalhadores escravizados simplesmente desapareceram do Brasil, sendo imediatamente substituídos pelos imigrantes europeus, que ocuparam as fábricas nascentes. Cabe, então, nos perguntarmos: para onde foram os ex-escravizados? Por que é tão raro que saibamos da história deles após a escravidão? Neste capítulo, responderemos a essas questões.

Origens do trabalho doméstico no Brasil

Muito presente na sociedade brasileira, o trabalho doméstico pode ser categorizado como **trabalho reprodutivo**, termo utilizado para se referir às tarefas que são essenciais à vida humana: preparo de alimentos, cuidado de pessoas vulneráveis (crianças e idosos), manutenção e limpeza de espaços físicos e até mesmo a amamentação. O trabalho reprodutivo costuma ser remunerado

apenas quando assume a forma de algumas profissões, como cozinheiros, serventes e profissionais que atuam nos diferentes serviços domésticos.



Odua Images | Adobe Stock

Por serem essenciais para a manutenção da vida humana, algumas tarefas categorizadas como trabalho reprodutivo começam a ser ensinadas já na infância, visando preparar as crianças para a fase adulta. Porém, em alguns contextos, especialmente em famílias em situação de vulnerabilidade, crianças e adolescentes passam a realizar esses trabalhos já como uma responsabilidade, como em casos nos quais irmãos mais velhos são incumbidos de cuidar dos irmãos menores.

É bem possível que você tenha pensado em mulheres exercendo essas atividades. Não foi por acaso. São elas quem se ocupam, na maior parte do tempo, desses serviços. Não por acaso também a designação *dona de casa* é muito mais comum e naturalizada do que a expressão *dono de casa*, visto que, à mulher, é exigido que tenha habilidades de coordenar várias atividades ao mesmo tempo, especialmente as tarefas de cuidado.

Algumas interpretações sociais acreditam que as atividades domésticas não podem ser qualificadas como trabalho, porque não geram lucro para a sociedade capitalista. Essa ideia serviu para reforçar a desvalorização desse tipo de serviço, seja ele exercido de maneira remunerada ou não.

No Brasil, o trabalho doméstico remonta ao Período Colonial, quando pessoas, na maioria das vezes, escravizadas e mulheres, exerciam atividades de mucamas, cozinheiras, amas de leite, serventes, entre outros, em uma diversidade de tarefas e atribuições. Nesse período, o empregado doméstico era desumanizado e se transformava, aos olhos dos patrões, em um objeto passível de ser vendido, trocado e anunciado nos jornais.



Reprodução

Fotografia de João Ferreira Villela, de 1860, mostra Augusto Gomes Leal com sua ama de leite Mônica.

No Período Imperial brasileiro, muitas mães não queriam amamentar os seus filhos. Isso acontecia, em alguns casos, por puro recato. O hábito do aleitamento materno seguia a escala inversa da renda familiar, ou seja, as mães mais ricas amamentavam bem menos do que as mães pobres. Para realizar essa tarefa, algumas famílias alugavam, de outros proprietários, escravizadas especializadas em amamentar e cuidar dos bebês das famílias de classe alta e média, hábito que ocorria tanto na cidade como no campo. Essas escravizadas ficaram conhecidas como **amas de leite** e, além de amamentarem os filhos de seus senhores, trabalhavam como criadas nos serviços domésticos da casa.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, vol. 2, p. 63. Adaptado.

Uma das características da escravidão no Brasil era a restrição da liberdade de circulação do escravizado. Essa condição, porém, não era absoluta. Havia os **escravos de ganho**, que trabalhavam longe da casa grande — alguns sequer moravam nas propriedades senhoriais. Essa situação, todavia, não acontecia com os escravizados domésticos, que ficavam bem mais restritos ao espaço privado.

O termo *escravos de ganho* era utilizado para se referir aos trabalhadores escravizados que faziam algum tipo de serviço nas ruas, comercializando algum produto ou resolvendo demandas dos senhores. Ao fim do dia ou da semana — a depender da imposição senhorial —, esses indivíduos entregavam ao seu senhor o lucro do trabalho ou a soma previamente estipulada.

A diversidade dos escravos de ganho

Os chamados escravos de ganho atuaram em várias áreas: setores de comércio, de abastecimento e de serviços, sendo comum que senhores permitissem que os escravizados vivessem longe deles, mercadejando — quitandeiras, fruteiras, lavadeiras, entre outros —, transportando cargas e realizando ofícios diversos — alfaiates, barbeiros, marceneiros, pedreiros, etc. Tais atividades econômicas geravam rendimentos que eram imediatamente entregues aos senhores, sendo descontadas as quantias para os escravizados se alimentarem e proverem sua sobrevivência básica. Muitos desses escravizados moravam separados e longe do controle senhorial, só os encontrando semanalmente para depositar as rendas conseguidas com suas atividades. Alguns historiadores chegaram a sugerir que as quantias repassadas pelos senhores aos escravos de ganho funcionavam como salário.

GOMES, Flávio. NEGRO, Antonio Luigo. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In: *Tempo Social*, São Paulo, 2006, p. 226. Adaptado.



Castigo imposto aos negros (1816–1831), de Jean-Baptiste Debret. O quadro do artista francês retrata não só o trabalho dos escravos de ganho em uma rua do Rio de Janeiro, como também o colar de ferro, que consistia em uma ferramenta de punição para escravizados que tinham o "hábito de fugir". O colar servia tanto para que eles fossem facilmente identificados quanto para segurá-los, em caso de resistência.



Arquivo Nacional



Arquivo Nacional

Iconografia do século XIX (1864) que ilustra as atividades diversas dos escravos de ganho. À esquerda, homem com cesto vazio no ombro; à direita, um escravizado faz a barba de outro homem.

Após a abolição, já no Período Imperial, uma parte considerável de escravizados domésticos permaneceu nas casas dos antigos senhores. Sem nenhum planejamento ou política de estado que os integrassem na sociedade, os recém-libertos não tinham muitas opções de trabalho, a não ser continuarem a servir as antigas famílias. Legalmente, não se achavam mais na condição de escravizados, entretanto permaneciam na casa e no trabalho sem o pagamento de salário, recebendo apenas abrigo e comida, quase sempre precários e insalubres. Ou seja, as práticas do período da escravidão continuaram sendo reproduzidas.

Essa situação prosseguiu durante o Período Republicano. Nos anos finais do século XIX e no início do XX, mais de 70% da população ex-escravizada economicamente ativa estava inserida no trabalho doméstico. Em outras palavras, a maior parte da população negra permaneceu nas relações de servidão. Contudo, nesse período, setores da elite da sociedade brasileira se mostraram preocupados com o aumento da “vadiagem” em função da abolição da escravidão, ao mesmo tempo que reclamavam de uma “crise dos criados”, atribuída a uma suposta escassez de bons serviços, a “falhas morais” dos criados e também aos tempos modernos, com a aceleração da industrialização no Brasil e no mundo. Essas reclamações reproduziram e perpetuaram uma imagem depreciativa dos trabalhadores domésticos.

Brasileiros ainda são vítimas de trabalho escravo mesmo 134 anos após a abolição

Trabalho análogo à escravidão tem grande incidência no campo, mas também acontece muito nos ambientes doméstico e urbano

Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea institucionalizou o fim da escravidão no Brasil, libertando milhões de escravizados, cuja maioria absoluta era negra. Historiadores debatem sua real efetividade, tendo em vista a ausência de políticas de assistência e reparação à população recém-liberta na época. Esse processo truncado ecoa até hoje, quando encontramos cada vez mais casos de trabalhos análogos à escravidão.

[...]

O processo que levou à abolição da escravatura no século XIX contou com a manifestação pública de escravizados e homens e mulheres negros libertos, que trouxeram o assunto para a esfera pública do debate. No entanto, a razão pela qual o Brasil foi o último país das Américas a decidir desinstitucionalizar tal exercício envolveu questões bem mais práticas e mercadológicas, já que a escravidão ameaçava e atravancava o novo modelo apresentado pela Revolução Industrial, defendido pela Inglaterra, a maior potência do mundo na época.

Por conta desse processo, escravidão e exploração da força de trabalho seguem como uma ferida aberta da sociedade brasileira, atingindo especialmente a população pobre e negra. De acordo com um levantamento realizado pela *Repórter Brasil*, a cada cinco trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão entre 2016 e 2018, quatro são negros. Pretos e pardos representam 82% dos 2,4 mil trabalhadores que receberam seguro-desemprego após resgate.

Entre os negros resgatados, estão principalmente homens (91%), jovens de 15 a 29 anos (40%) e nascidos em estados do Nordeste (46%). Os dados que basearam o levantamento foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho. “Isso é um reflexo do passado escravocrata do Brasil, que continua presente no Brasil de hoje”, pontuou a juíza Mirella Cahú, gestora regional do Programa Trabalho Seguro.

Para a juíza, a perpetuação deste quadro não será quebrada de maneira orgânica; é preciso de ações contundentes. “Negros, especialmente mulheres negras, ainda são mais escravizados no trabalho doméstico, por exemplo. A perpetuação tem relação direta com a história dessas pessoas, que reproduzem ciclos de violência e de precariedade, colocadas em segmentos segregados da sociedade. Essa realidade se perpetua em exclusão econômica e social. Se não for promovida uma política pública afirmativa para mudança da realidade dessas minorias, nada acontece”, completou.

Disponível em: <https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/13-de-maio-brasileiros-ainda-sao-vitimas-de-trabalho-escravo-mesmo-134-anos-apos-sua-abolicao>. Acesso em: 27/10/2022. Adaptado.

Por todos esses problemas, no início da República, em um processo de continuidade ao que já vinha acontecendo no final do século XIX, foram instituídas leis para regulamentar o trabalho doméstico. Contudo, esses códigos tinham muito mais a intenção de controlar a população negra — majoritária nesses serviços — do que de proteger a classe de trabalhadores domésticos. Em 1923, foi publicado um código de posturas que impunha a esses trabalhadores a retirada de um registro expedido pela polícia, no qual haveria a identificação por foto e digital.

Mas não eram apenas os patrões que tinham queixas. As trabalhadoras domésticas reivindicavam melhores condições de trabalho e a instituição de direitos trabalhistas. Como já se disse, muitas vezes se justificava o não pagamento de salário a partir da oferta de “abrigo” e comida. Mas morar na casa dos seus patrões — antes, senhores — fazia com que as empregadas tivessem uma jornada de trabalho extenuante, pois não tinham hora para terminar o serviço, devendo estar à disposição 24 horas. Outra prática marcante do período colonial escravista que se perpetuou nos expedientes domésticos livres foi o assédio sexual. As mulheres eram importunadas pelos patrões, que viam no corpo delas um objeto de satisfação pessoal. Quando tentavam denunciar ou se proteger dos ataques, essas mulheres eram julgadas, acusadas de provocarem os homens e, como consequência, perdiam seus empregos.

Pode-se perceber que a luta das domésticas não se dava por acaso, pois essa categoria já se encontrava precarizada, isto é, completamente apartada das leis que regulamentavam as relações trabalhistas. Nem mesmo o governo de Getúlio Vargas prestou qualquer tipo de assistência às trabalhadoras domésticas. A regulamentação do trabalho feminino, em 1932, visto no capítulo passado, não incluía as atividades domésticas. No mesmo ano, a implementação da Carteira de Trabalho de nada serviu às domésticas: elas não foram incluídas no benefício. Em 1934, a Lei de Sindicalização promulgada na Constituição Nacional também não era estendida a essas trabalhadoras.

Uma questão de raça e classe: Laudelina de Campos Mello e o trabalho doméstico

Mesmo excluídas da formalidade legal que regia o mercado de trabalho brasileiro, as trabalhadoras domésticas não se resignaram à exclusão e assumiram um papel relevante na luta por direitos e reconhecimento social. Em 1936, após serem paulatinamente ignoradas no governo provisório de Vargas e também depois da constitucionalização do país, Laudelina de Campos Mello, empregada doméstica residente na cidade de Santos, São Paulo, fundou a primeira associação de empregadas domésticas do Brasil. Laudelina, que na época tinha 32 anos e trabalhava na profissão desde os 14, era descendente de escravizados: seus pais eram filhos de cativos, alforriados pela Lei do Ventre Livre. A Associação não tinha caráter sindical — nem era permitido que ela assumisse essa característica —, tinha um cunho assistencialista, que buscava dar suporte e alguma proteção aos grupos desassistidos pelo poder público. Apesar de incorporar até mesmo outros grupos discriminados, a Associação nunca deixou de se preocu-



Reprodução

Laudelina de Campos Mello

Autor: Francisco Lima Neto

Com belas ilustrações e um texto simples e acessível, o livro conta a história de Laudelina de Campos Mello, uma mulher à frente de seu tempo, símbolo de persistência no combate ao racismo e ao machismo, além de um exemplo de luta e coragem para as novas gerações. A obra faz parte da coleção *Black Power*, da Editora Mostarda, que apresenta várias personalidades negras que marcaram a História.

par com a questão da sindicalização das empregadas domésticas, pauta considerada essencial para o seu reconhecimento e valorização.

A Associação de Empregadas Domésticas era mantida por meio da organização de festas, bailes e atividades que gerassem alguma renda. A mensalidade paga pelas associadas não era suficiente para cobrir os custos de manutenção da organização, principalmente porque o salário dessas mulheres era precário e muitas vezes insuficiente para o mínimo.

Depoimento de Laudelina de Campos Mello

A Associação foi fundada dia 8 de julho de 1936, no dia 5 de setembro. Ia haver um congresso de trabalhadores na capital, que era o Rio de Janeiro, então o professor Geraldo Campos aconselhou que se fizesse um apanhado sobre as leis das empregadas domésticas, e o professor [Vicente] Lobato tirou as leis trabalhistas, os parágrafos e os itens pra montar a pauta do congresso. O Getúlio [Vargas] já tinha instituído as leis sindicais. As empregadas domésticas foram destituídas das leis trabalhistas, nós estávamos criando um movimento para ver se conseguia o registro do sindicato. Fui falar com o ministro [do Trabalho], mas não adiantou nada porque não havia possibilidade de enquadramento de classe, as empregadas domésticas foram destituídas porque não traziam economia para o país. Até hoje eles dizem que as empregadas domésticas não trazem economias para o país. [...] De repente são elas que fazem a economia. Nós trazemos economia, eles saem para trabalhar, principalmente a classe média; eles têm que trabalhar fora e, então, passam a escravizar a empregada doméstica.

PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de dona Laudelina de Campos Mello (1904–1991)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993. Adaptado.



Reprodução

Laudelina de Campos Mello (1904–1991) foi uma das ativistas mais importantes da sua época, sendo pioneira na reivindicação por melhorias para o trabalho doméstico. Além disso, também foi uma das grandes defensoras dos direitos das mulheres no Brasil.

A experiência de luta de Laudelina de Campos vinha desde os tempos de juventude, quando, com apenas 16 anos, em sua cidade natal, Poços de Caldas – Minas Gerais, tornou-se presidente do Clube Treze de Maio, fundado para oferecer, à população negra, atividades de lazer às quais eles não tinham acesso nos clubes que proibiam a participação de pessoas não brancas. No ano anterior à fundação da Associação de Empregadas Domésticas, em 1935, já em São Paulo, Laudelina fundou a Escola de Bailado Clássico para meninas negras, incluindo aquelas que eram vetadas nas escolas de danças clássicas.

A trajetória de Laudelina evidencia o quanto ela estava empenhada no combate à desigualdade racial e ao racismo na sociedade brasileira. Ao longo da década de 1930, a militante integrou diversas organizações que compartilhavam dos seus ideais. Em 1936, Laudelina se filiou ao Partido Comunista Brasileiro, um dos poucos partidos institucionais que se voltava para as pautas sobre o papel das pessoas negras no Brasil. Passou também a integrar a Frente Negra Brasileira, criando, dentro da organização, o Departamento Doméstico com o objetivo de ocupar mais um espaço social para o debate e valorização da categoria.

O movimento negro e o movimento de trabalhadoras domésticas caminham juntos

Nas décadas de 1950 e 1960, o movimento negro foi uma importante peça constituinte ao crescimento do movimento das trabalhadoras domésticas. Em 1950, o jornal *O Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, editado e dirigido por Abdias do Nascimento, fez o acompanhamento do projeto de lei que propunha a regulamentação da profissão e a garantia dos primeiros direitos às domésticas pelo então deputado Café Filho. Por causa disso, ao longo dos anos 1950, estiveram acesas novamente as discussões sobre a situação da categoria na sociedade, sendo o movimento negro responsável por conduzir, junto às trabalhadoras domésticas da década de 1960, o fortalecimento e o crescimento do movimento dessa categoria.

NOGUEIRA, Tamis. *Mucama permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil*. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22482/15427>. Acesso em: 18/11/2022. Adaptado.

A Frente Negra Brasileira

foi uma entidade criada em São Paulo, no ano de 1931, por integrantes da elite negra paulista. O grupo atuava em várias frentes com o objetivo maior de combater a desigualdade racial. É importante lembrar que a escravidão tinha sido abolida há apenas 42 anos, e a população negra ainda sofria as consequências nefastas do regime de cativeiro. Abrigando várias tendências políticas no interior da entidade, a Frente Negra mantinha escolas primárias e organizava festivais, promovendo ações sociais. Cinco anos após sua fundação, a FNB reunia mais de 200 mil filiados em vários estados brasileiros. Em 1936, tornou-se um partido político, cassado no ano seguinte pela ditadura do Estado Novo.

Contudo, tanto a Frente Negra Brasileira quanto a Associação de Empregadas Domésticas foram fechadas após a instauração da ditadura do Estado Novo, em 1937. O Partido Comunista também foi cassado, e seus membros foram perseguidos. Durante o Estado Novo, os opositores do governo, ou mesmo aqueles que reivindicavam mudanças e melhorias sociais, eram duramente reprimidos por diversos meios, inclusive sendo vítimas de prisões arbitrárias e de tortura. Todavia, como a figura de Vargas precisava ser exaltada, além das coerções e perseguições, o presidente-ditador empregava a estratégia de aproximação aos trabalhadores, regulamentando e aprovando leis trabalhistas que ofereciam melhores condições de trabalho e vida.

Desse modo, em 1941, foi publicado um decreto que dispunha sobre a lotação dos empregados domésticos. Nele, o trabalho doméstico foi definido como aquele prestado em residências particulares mediante remuneração e obrigava a anotação do serviço na carteira profissional. O decreto foi importante porque passou a diferenciar o trabalho doméstico realizado nas casas daqueles trabalhos que eram realizados em outros âmbitos, como hotéis e condomínios — camareiras, porteiros, vigilantes, cozinheiros, entre outros —, que até o início da década de 1940 eram categorizados como trabalho doméstico.

Entretanto, a nova lei não trouxe maiores proteções às empregadas que trabalhavam nos lares, como a regulamentação da jornada, a obrigação do pagamento em espécie, o pagamento de férias, o descanso semanal remunerado, o aviso prévio, a inclusão do sistema de Previdência Social, enfim, regimentos que estavam garantidos para outras categorias. Mesmo a anotação da Carteira de Trabalho — benefício trazido pelo decreto que comprovaria o vínculo trabalhista da empregada com os patrões — foi algo comumente burlado, sem efetiva aplicação prática.

Apesar de excluídas das leis trabalhistas regulamentadas por Vargas ao longo da década de 1930, a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, foi um sopro de esperança para a classe. Como vimos, a CLT foi um código que reuniu todas as leis trabalhistas vigentes no Brasil até aquele momento. Foi um marco na luta dos trabalhadores, pois facilitou a consulta aos direitos trabalhistas. Contudo, mais uma vez, as domésticas não estavam integradas aos grupos que se beneficiaram do novo código. Ficar fora da CLT era a confirmação de que o trabalho doméstico não era visto como uma

atividade importante para a economia do país. A CLT estava perfeitamente alinhada aos interesses capitalistas, contribuindo para um estado de bem-estar social, mas sem romper com as estruturas da exploração do trabalhador.

Além do mais, a partir da CLT, as disputas trabalhistas entre patrões e empregados passaram a ser regidas por uma normatização própria, com uma Justiça específica para julgar e dirimir os casos trabalhistas: a Justiça do Trabalho. Excluído da Consolidação, o trabalho doméstico era regido pelo Código Civil – em outras palavras, era entendido como caso de polícia. Por esse motivo, qualquer problema, reclamação ou questão que precisasse ser resolvida, a parte interessada teria que se reportar diretamente à polícia. Essa era também uma forma de controle sobre a população negra do país.

Após o fim do Estado Novo, em 1945, muitas organizações, associações e partidos que foram fechados voltaram às atividades após o longo período no qual foram proibidos de atuar. Foi o caso da associação fundada por Laudelina Mello. No início dos anos 1960, a militância de Laudelina se expande ainda mais, e ela cria uma Associação de Empregadas Domésticas em Campinas, cidade do interior de São Paulo. Apesar de ainda definida como associação, em Campinas, Laudelina discutiu os problemas do emprego doméstico juntamente com os sindicatos existentes na cidade, o que mostra que o seu objetivo de organizar as trabalhadoras a partir das leis trabalhistas vigentes ainda permanecia firme.



Domínio público

Registro de Laudelina Mello reunida com trabalhadoras domésticas em Campinas, São Paulo.

Foi também nos anos 1960 que a Igreja Católica, a partir da Juventude Operária Católica (JOC), começou a atuar em conjunto com as empregadas domésticas, lançando o *Manifesto às Patroas*, que reivindicava amor, respeito e compreensão. Após a publicação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), em agosto de 1960, as empregadas domésticas puderam integrar o regime previdenciário, em caráter facultativo.

As organizações de trabalhadores vivenciaram um novo retrocesso em 1964, após o golpe civil-militar que instaurou uma ditadura no Brasil e perseguiu trabalhadores e sindicatos. Muitas lideranças foram assassinadas ou tiveram que deixar o Brasil, cenário que desarticulou e amedrontou muitas organizações trabalhistas. Apenas na década de 1970, o trabalho doméstico foi regulamentado, obrigando a inscrição da trabalhadora no regime da Previdência Social e proibindo descontos no salário por fornecimento de alimentação e moradia. E somente após o fim da ditadura e com a aprovação da Constituição Federal de 1988, as empregadas domésticas tiveram direito de se organizar em sindicatos. Após 52 anos de luta, Laudelina de Campos Mello teve suas reivindicações atendidas,

Para conhecer mais sobre Laudelina Mello, assista ao vídeo disponível no QR Code a seguir.



Laudelina, suas lutas e conquistas | Museu da Cidade

mesmo que parcialmente, fruto direto da sua coragem em fundar uma associação em prol da defesa e do fortalecimento das empregadas domésticas.

Os serviços da rua: onde estavam os trabalhadores negros?

Você já percebeu que, nos livros de História, depois que aprendemos sobre o período da abolição da escravidão no Brasil, os ex-escravizados somem das páginas? Ao estudarmos sobre o Brasil República, muitas vezes, temos a impressão de que não existiam pessoas negras na sociedade brasileira, que elas fizeram parte da História do Brasil apenas até 1888 — e inicialmente na condição de escravizada. O que não é verdade: apesar de terem sido excluídas da política institucional brasileira, que promoveu um projeto racista na tentativa de um embranquecimento da população, essas pessoas continuaram sobrevivendo em todas as partes. Na verdade, no início do século XX, mais de 70% da população economicamente ativa no Brasil eram pessoas negras.

Desde meados do século XIX, as transformações urbanas e tecnológicas pelas quais passava a sociedade brasileira — especialmente os centros urbanos — possibilitaram mudanças e tornaram as relações sociais de trabalho mais complexas. Assim, houve um aumento gradual da participação da população negra no mercado de trabalho — fossem essas pessoas nascidas livres, libertas ou escravizadas —, o que dinamizou as relações produtivas no Brasil.

A crescente urbanização das capitais não significou o desaparecimento dos trabalhadores negros desses cenários; pelo contrário, eles passaram a ocupar diversas atividades econômicas. Se fossem livres ou libertos, ganhavam seu sustento assim; se ainda fossem escravizados, geravam renda para os seus senhores, mas também conseguiam para si alguma quantia, como se fosse um salário. Nesse período e nos subsequentes, o setor de serviços foi majoritariamente ocupado pela população negra.

Esse aumento da circulação de ex-escravizados nas ruas fez com que o controle social por parte do Estado aumentasse, surgindo, assim, os primeiros códigos para regular esses trabalhadores. Após a abolição, ex-escravizados, livres e libertos passam a compor uma só categoria na sociedade brasileira: “negros”. Quando esses sujeitos, aos olhos do controle social e da polícia, não se apresentavam como ocupantes de uma profissão, eram enquadrados como “vadios”, passíveis de serem presos e perseguidos, visto que “vadiagem” era uma contravenção penal. Essa era mais uma forma de controle sobre essa população.

Com a entrada dos imigrantes europeus no Brasil, a partir do final do século XIX e, especialmente, no início do século XX, trabalhadores negros e europeus passaram a trocar e integrar experiências diversas (políticas, sociais, trabalhistas, etc.) nos cenários urbano e rural. Como dito, o objetivo maior em receber os trabalhadores vindos de países da Europa se fundamentava em uma ideia racista de que seria possível “embranquecer” a sociedade; além disso, esses trabalhadores imigrantes eram vistos como símbolo do progresso e da modernização pela qual o Brasil precisava passar para superar o atraso da escravidão.

Essa ideologia, que se baseava em teorias racistas, serviu para submeter os trabalhadores negros aos serviços mais subalternos e precarizados — uma condição que é perpetuada até hoje na nossa sociedade. Apesar da exclusão social à qual foram submetidos, os trabalhadores negros ocuparam espaços diversos na sociedade brasileira do início do século XX. Estavam inclusive nas fábricas, que, apesar de majoritariamente ocupada por imigrantes, incluíam homens e mulheres negras entre seus funcionários.

Os trabalhadores negros também formaram sindicatos e organizações de luta importantes e combativas, como a Sociedade de Resistência, que se tornou sindicato dos estivadores da cidade do Rio de Janeiro, e o Centro Operário da Bahia. Além disso, trabalhavam em obras públicas e privadas, nos portos, carregando sacas e organizando os porões dos navios. Também estavam presentes em profissões liberais, como advogados, médicos, jornalistas, e faziam arte em teatros, clubes e em expressões musicais diversas.

Teatros negros no Brasil: aquilombamentos necessários

O teatro brasileiro deu os seus primeiros passos no século XIX, em um Brasil ainda nascente, com espetáculos compostos de atores negros e indígenas, em um período histórico em que não havia prestígio para o exercício da atuação. Desde então, o teatro nacional tem percorrido um longo caminho em busca de sua identidade, uma vez que os padrões preferencialmente adotados foram os eurocêntricos. [...] Impactada pelo imperialismo e pela desumanização dos povos indígenas e africanos, a estética cênica seguiu desconsiderando a riqueza das matrizes culturais africanas e indígenas. [...]

Numerosas foram as formas de resistência de grupos e coletivos na luta pela manutenção da identidade negra na cena. A partir dos anos 1940, iniciativas como as do Teatro Experimental do Negro (TEN – 1944–1961), de Abdias do Nascimento (1914–2011); do Teatro Profissional do Negro (Tepron – 1970–1985), de Ubirajara Fidalgo (1949–1986); do Teatro Popular Brasileiro (TPB – 1950–1975), de Solano Trindade (1908–1974); e também do Teatro Folclórico Brasileiro (1949–1957), de Haroldo Costa (1930–), se estabeleceram, capacitando artistas e fazendo crítica social e política em cena.

[...]

É importante destacar que os grupos de dança e de teatro formados por artistas negros não viveram isolados, eles estiveram vinculados ao surgimento da Frente Negra Brasileira, primeiro partido político da população negra do Brasil, nos anos 1930, e do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, só para citar alguns núcleos. Esses coletivos articulavam-se entre si, aquilombados, colaborando para o êxito de suas atividades, e foram parceiros em prol da construção de uma estética negra no embate artístico e político do cotidiano.

[...]

Disponível em: <https://temporaleditora.com.br/blog/historia-do-teatro/teatros-negros-no-brasil:-aquilombamentos-necessarios>. Acesso em: 28/10/2022. Adaptado.



Arquivo Nacional

Foto do grupo Teatro Experimental do Negro, criado por Abdias do Nascimento, em 1944.

Olhar para a diversidade dessas experiências é reconhecer e valorizar o papel das populações negras na formação da classe trabalhadora brasileira desde o século XIX. Este processo é fundamental para a compreensão da complexidade do mundo do trabalho no Brasil no início do século XX.

Refleta sobre o conteúdo

1. Leia o trecho a seguir.

Os ofícios de doceira e quitandeira também poderiam estar relacionados a outras tarefas, uma vez que a cativa, além de preparar os doces, poderia vendê-los em seus tabuleiros como quitandeira pelas ruas de Rio Grande. Fato percebido por Mattoso na Bahia oitocentista, pois as negras “saem com seus tabuleiros de doces e rendas que vendem nas ruas para o senhor, proporcionando-lhe lucros suplementares não desprezíveis”.

PINTO, Natália. *E o trabalhador é cativo: o escravo urbano e seus ofícios na cidade de Rio Grande [1848-1852]. IX Encontro Estadual de História*, 2008, p. 8. Adaptado.

O excerto acima refere-se a uma característica específica observada no período da escravidão no Brasil. Assinale a alternativa que indica qual era essa atividade.

- a) A produção de doce, que era exclusiva das escravizadas.
- b) Uma das estratégias de fuga dos escravizados.
- c) O trabalho dos escravos de ganho.
- d) A inserção dos escravizados no meio rural.
- e) A composição do mercado de trabalho urbano, ocupado exclusivamente por mulheres escravizadas.

2. Leia os textos a seguir.

Texto I

O serviço doméstico no Brasil, em 2009, empregava 7,2 milhões de pessoas, das quais 93% eram mulheres. Destas, 61,6% eram negras; e 38,4%, brancas. A sobrerrepresentação de trabalhadoras domésticas negras se torna mais evidente quando percebemos que, para cada 100 mulheres brancas ocupadas, 12 são trabalhadoras domésticas, enquanto para cada 100 mulheres negras o número sobe para 21. Essa ocupação profissional tem sido marcada pela desproteção legal e pela precariedade das condições de trabalho.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Controle da vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2013, p. 471-472.

Texto II

Não por acaso, as origens do movimento das trabalhadoras domésticas têm ligação direta com o movimento negro. Foi fundada em 1936 a Associação de Empregadas Domésticas de Santos pela doméstica Laudelina de Campos Mello, uma militante do movimento negro. A associação tinha

pretensão de conseguir se tornar um sindicato, já que este direito era negado às domésticas, que nem tinham todos os direitos trabalhistas, assim como os demais trabalhadores, e muito menos a regulamentação de sua profissão, o que foi confirmado pela CLT de 1943.

NOGUEIRA, Tamis. *Mucama permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil*. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22482/15427>. Acesso em: 18/11/2022. Adaptado.

Sobre o trabalho doméstico no Brasil, os dados destacados no Texto I que complementam os argumentos apresentados no Texto II fazem referência à(ao):

- a) fato de que o trabalho doméstico no Brasil ainda hoje é fortemente marcado por um recorte racial que remete ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira, fruto de séculos de escravidão.
- b) crítica à Lei Áurea, que não trouxe nenhum benefício para os escravizados que serviam em trabalhos domésticos.
- c) crítica à CLT, origem do problema da falta de regulamentação do trabalho doméstico do Brasil.
- d) mudança na dinâmica dos direitos trabalhistas nos períodos pré e pós-abolição, que interferiu diretamente nas condições de trabalho e vida dos trabalhadores domésticos negros.
- e) característica particular do trabalho doméstico, o qual é realizado majoritariamente por mulheres negras, sendo elas as responsáveis pela implementação de leis reguladoras do trabalho doméstico em 1945, logo após a publicação da CLT.

3. A partir da leitura e interpretação dos textos a seguir, e com base nos seus conhecimentos sobre o tema, assinale a alternativa **incorreta**.

Texto I



Jovem dona de casa (1840),
de Alexey Tyranov.

Texto II

O termo **trabalho doméstico** alude a dois tipos de atividade: aquela realizada sem remuneração e em residência própria e aquela realizada como prestação de serviço a uma pessoa física ou família, também chamado de **emprego doméstico**. Ambos integram o que se tem chamado de **trabalho reprodutivo** [...], operando a partir da lógica em que o modo de produção capitalista se sustenta a partir do modo de produção doméstica.

LIMA, Micaelly Priscila Gomes. *Precarização da atividade profissional de domésticas mensalistas em Natal (RN)*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

- a) O emprego doméstico recai, majoritariamente, sobre as mulheres, especialmente negras, trazendo sobrecarga a esse grupo.
- b) Pode-se entender como *trabalho reprodutivo* a criação de crianças, o preparo de refeições, a limpeza dos espaços privados, entre outras atividades essenciais para a manutenção da vida.
- c) A atribuição do trabalho doméstico à condição feminina é uma das concepções da divisão sexual do trabalho, e o recorte racial de uma sociedade racista faz com que mulheres negras sejam vistas como aquelas que nasceram para servir.
- d) No Brasil, a execução do trabalho doméstico está diretamente ligada ao processo de escravidão pelo qual o país passou durante 300 anos e que colocou mulheres negras em posição de subserviência e servidão doméstica.
- ~~e) Até o século XIX, as mulheres estiveram exclusivamente dentro dos domínios do trabalho doméstico, condição que se alterou no Brasil após a abolição, obrigando as mulheres a ingressarem no mercado de trabalho formal.~~

4. Analise o texto a seguir.

Com o rompimento dos laços escravistas e o declínio de antigas formas de domínio privado, as quais influenciavam, até mesmo, as relações de trabalho dito livre – ao rebaixar salários, orientar condições de trabalho e as relações sociais com um todo –, certamente surgiram inúmeras ansiedades e preocupações entre aqueles que se serviam de criados.

SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*, – Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

O texto fala a respeito do contexto da abolição da escravidão, no final do século XIX, e faz alusão:

- a) ao declínio do trabalho livre e ascensão do trabalho escravo.
- b) ao anseio dos escravistas pelo fim do regime de cativo.
- c) às mudanças nas condições de trabalho da elite.
- ~~d) ao temor das classes abastadas com o fim da escravidão.~~
- e) ao controle jurídico exercido pelos proprietários.



ISBN 978-858168842-8
9 788581 688428

**PRAZER
DE
LER**[®]